

BRASIL

Mudança nas regras para se aposentar em 2021 passa a valer hoje

As mudanças nas regras de transição para se aposentar em 2021 passam a valer a partir desta sexta-feira, dia 1º de janeiro. A nova Previdência, que completou um ano em novembro, trouxe quatro regras de transição da aposentadoria por tempo de contribuição e uma da aposentadoria por idade para as pessoas que já contribuía com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Algumas dessas regras têm alterações anuais. Por isso, quem quiser se aposentar a partir de agora deve observar essas alterações. Uma delas é a da idade mínima, que em 2021 será de 57 anos para as mulheres e 62 anos para os homens, desde que tenham contribuído por 30 anos e 35 anos, respectivamente.

“As regras transitórias são uma espécie de ‘meio termo’ para os segurados que já estavam contribuindo ao INSS, porém ainda não concluíram os requisitos para dar entrada na aposentadoria”, explica o advogado João Badari, especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados.

O advogado explica que o segurado que já cumpria os requisitos para se aposentar antes de 13 de novembro de 2019, quando a nova Previdência foi promulgada, e ainda não pediu seu benefício, ou pediu em data posterior a esta data, pode ficar tranquilo, pois o direito será respeitado no momento em que o INSS for conceder a aposentadoria.

A orientação de Badari é fazer um planejamento adequado da aposentadoria, porque como são vários os fatores que afetam o benefício que será recebido, decidir contribuir alguns meses a mais ou se aposentar pelas novas regras poderá fazer a diferença entre receber mais ou menos de aposentadoria pelo resto da vida. Veja a seguir as mudanças nas regras de transição:

Regra de transição da aposentadoria por idade

A regra da aposentadoria por idade exige idade mínima de 65 anos para homens. Ou seja, no caso deles, nada muda. Para as mulheres, a idade mínima em 2020 é de 60,6 anos, e sobe seis meses a cada ano, até chegar a 62 anos em 2023. Em ambos os casos é exigido tempo de contribuição mínima de 15 anos e carência de 180 meses.

Assim, a partir de 1º de janeiro de 2021 será exigida para a mulher a idade de 61 anos para que possa se aposentar por essa regra.

Regras de transição da aposentadoria por tempo de contribuição**Regra de transição por pontos**

Essa regra estabelece um critério de pontuação a ser atingido no somatório entre o tempo de contribuição e a idade do segurado. O tempo mínimo de contribuição é de 30 anos para a mulher e de 35 anos para o homem. Em 2020 para se aposentar com essa regra era necessário 87 pontos para as mulheres e 97 pontos para os homens. A cada ano será exigido um ponto a mais, chegando a 105 pontos para os homens, em 2028, e 100 pontos para as mulheres, em 2033.

Dessa forma, em 2021 serão exigidos 88 pontos para a mulher e 98 para o homem.

Para os professores

Os professores da educação básica que comprovarem, exclusivamente, exercício da função de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio terão redução de cinco pontos. Assim, em 2021 as professoras poderão pedir aposentadoria a par-

tir da soma de 83 pontos, desde que tenham o mínimo de 25 anos de contribuição, e os professores, com 93 pontos e, no mínimo, 30 anos de contribuição. Os pontos subirão ano a ano até 92 pontos, para a mulher, e até 100 pontos, para o homem.

Regra de transição por tempo de contribuição e idade mínima

Por essa regra, as mulheres podem se aposentar aos 56,6 anos, desde que tenham pelo menos 30 anos de contribuição, em 2020. Já para os homens, a idade mínima é de 61,6 anos e 35 anos de contribuição.

A idade mínima exigida sobe seis meses a cada ano, até chegar aos 62 anos de idade para elas, em 2031, e aos 65 anos de idade para eles, em 2027. A partir de janeiro de 2021, para se aposentar por essa regra a mulher deverá ter 57 anos e o homem 62 anos.

Para os professores

Já os professores da educação básica que comprovem, exclusivamente, exercício da função de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio terão redução de cinco anos na idade e no tempo de contribuição, devendo a partir de janeiro de 2021 a mulher ter 52 anos com 25 anos de tempo de contribuição na função de magistério e o homem 57 anos, com 30 anos de tempo de contribuição na função de magistério.

Regra de transição com pedágio de 50%

Segundo essa regra, para a mulher que possuía mais de 28 anos de contribuição em 13 de novembro de 2019 e os homens com mais de 33 anos de contribuição, também nessa data, poderão optar pela aposentadoria sem idade mínima, desde que cumpram um pedágio de 50% sobre o tempo mínimo que faltava para se aposentar (30 anos para elas e 35 anos para eles).

Essa regra de transição não se aplica aos professores. Nessa regra não há nenhuma alteração em 2021.

Regra de transição com idade mínima e pedágio de 100%

Essa regra estabelece uma idade mínima e um pedágio de 100% do tempo que faltava para atingir o mínimo exigido de contribuição (30 anos para a mulher e 35 anos para o homem). Para mulheres, a idade mínima será de 57 anos e, para homens, de 60 anos.

Para professores

Professores da educação básica que comprovarem, exclusivamente, exercício da função de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio terão redução de cinco anos na idade e no tempo de contribuição (52 anos de idade e 25 de contribuição, para mulheres, e 55 anos de idade e 30 de contribuição, para homens). Para essa regra também não haverá nenhuma alteração em 2021.

(Fonte: <https://www.correiopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/mudan%C3%A7a-nas-regras-para-se-aposentar-em-2021-passa-a-valer-1.546579>)

Turistas lotam orla da Praia do Forte, em Cabo Frio, neste réveillon e fazem queima de fogos

O réveillon em Cabo Frio, na Região dos Lagos do Rio, não teve a tradicional queima de fogos promovida pela Prefeitura. Mas os turistas lotaram a orla e fizeram uma festa à parte, inclusive, com queima de fogos no local.

Ao longo de todo o dia, o cenário já era de aglomeração nas areias. Do alto era difícil até conseguir enxergar um espaço livre entre os guarda-sóis.

De segunda (27/01/2021) até esta quinta-feira (31) mais de 150 mil veículos passaram pela RJ-124, a Via Lagos. A previsão dada pela concessionária CCR é de um fluxo de 300 mil até o dia 6 de janeiro.

Apesar da Prefeitura de Cabo Frio ter liberado o acesso às praias da cidade, ela emitiu um novo decreto, publicado no Diário Oficial da última terça (29), proibindo a realização de festas em estabelecimentos comerciais, além da colocação e permanência de tendas, barracas, ombrelones, mesas e cadeiras em toda a extensão das praias depois das 18h do dia 31 de dezembro. A tradicional queima de fogos já havia sido proibida pelo município.

(Fonte: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2021/01/01/turistas-lotam-orla-da-praia-do-forte-em-cabo-frio-neste-reveillon-e-fazem-queima-de-fogos.ghtml>)

Bolsonaro nada com banhistas e promove aglomeração na Praia Grande (SP)

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) fez nesta sexta-feira (19/01/2021) um passeio de lancha pela Praia Grande, no litoral paulista, e promoveu uma aglomeração ao mergulhar no mar e ser cercado por banhistas apoiadores.

Ao mergulhar, o presidente foi acompanhado por seguranças do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), que nadaram a seu lado e improvisaram um cordão de isolamento que não foi suficiente para manter o presidente distante dos banhistas.

O próprio presidente postou um vídeo em suas redes sociais mostrando o momento em que mergulha e é cercado por populares na água, que além de gritarem palavras de apoio a Bolsonaro, aproveitaram para xingar o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), rival político do presidente.

(Fonte: <https://istoe.com.br/bolsonaro-nada-com-banhistas-e-promove-aglomeracao-na-praia-grande-sp/>)

Covid-19: o que muda (ou não) no combate à pandemia com a nova variante do coronavírus no Brasil

O Brasil acaba de ter os primeiros casos confirmados de covid-19 provocados por uma nova variante do coronavírus.

A cepa B.1.1.7 foi detectada pela primeira vez no Reino Unido e já circula por outros 31 países. Os cientistas suspeitam que ela pode ser mais transmissível que as versões anteriores.

Os dois casos brasileiros foram identificados pela Dasa, empresa de medicina diagnóstica, que já comunicou a descoberta à vigilância sanitária e ao Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo.

Mas o que essa notícia significa na prática? A chegada da nova variante modifica de alguma maneira a prevenção, o diagnóstico ou o tratamento da doença? E as vacinas? Será que elas protegem contra essa cepa?

Perguntas sem respostas

Pelo que se sabe até o momento, a variante B.1.1.7 apareceu no Reino Unido entre o final do verão e o começo do outono no Hemisfério Norte (por volta dos meses de agosto e setembro). As primeiras notícias sobre sua existência foram publicadas no dia 20 de setembro.

Essa nova versão chamou a atenção por apresentar 17 mutações, algumas delas em sequências de genes que codificam as proteínas da espícula, a estrutura que fica na superfície e permite que o vírus invada as células humanas.

Outra observação que preocupou os especialistas foi a forma como a variante se espalhou rapidamente por algumas regiões do Reino Unido — em Londres, no início de dezembro, por exemplo, 60% dos novos casos de covid-19 detectados eram provocados pela B.1.1.7.

Isso levantou a suspeita de que esse coronavírus teria uma transmissão mais rápida e eficiente.

Essas informações foram suficientes para aumentar as restrições de circulação das pessoas em cidades como Londres. Em paralelo, dezenas de países começaram a vetar os voos vindos do Reino Unido.

Chegada ao Brasil

O estudo que detectou os dois primeiros casos da B.1.1.7 no país analisou 400 amostras de saliva por meio de um teste RT-PCR que busca três informações genéticas distintas do coronavírus.

Um dos alvos desse método é a proteína S, justamente a responsável por codificar a espícula da superfície viral.

“Na Inglaterra, os profissionais começaram a perceber que o RT-PCR de muitos pacientes estava encontrando dois alvos, mas davam resultados negativos para a proteína S. Por mais que as duas confirmações já fossem suficientes para fechar o diagnóstico de covid-19, levantou-se a suspeita de que havia mutações nos genes codificadores da espícula”, contextualiza o virologista José Eduardo Levi, coordenador de pesquisa e desenvolvimento da Dasa.

O trabalho brasileiro, que contou com o apoio do Instituto de Medicina Tropical da Universidade de São Paulo (USP), fez uma revisão dessas 400 amostras e achou duas com esse mesmo padrão de resultado: dois alvos genéticos positivos e o gene da proteína S negativo.

“Na segunda-feira (29/12/2020), identificamos os dois casos. Na terça, preparamos o material. Na quarta à noite já sequenciamos e confirmamos que eles realmente vinham dessa linhagem britânica”, explica Levi.

O especialista relata que conseguiu entrar em contato com um dos pacientes. “Ele me confirmou que esteve junto de pessoas que haviam chegado recentemente ao Brasil após uma viagem ao Reino Unido”.

O que muda na prática?

No meio de tantas incertezas, a palavra da vez é calma.

“Em resumo, o aparecimento de novas variantes não é surpresa e não muda em nada o que a gente precisa fazer para se proteger”, resume o virologista Paulo Eduardo Brandão, professor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP.

Por ora, as recomendações de prevenção continuam exatamente as mesmas: manter distanciamento social, usar máscara ao sair de casa, limpar regularmente as mãos com água e sabão ou álcool em gel e sempre deixar os ambientes arejados e com boa circulação de ar.

Mudanças nos testes?

Quando o assunto é diagnóstico, a preocupação é um pouquinho maior. Como já dito, os testes RT-PCR detectam algumas informações genéticas específicas do coronavírus.

Se o patógeno sofre mutações importantes e começa a circular com grande frequência entre a população, há uma possibilidade de que alguns testes passem a falhar com mais frequência.

“Pode ser que apareçam mais resultados falsos negativos, quando o paciente está com a infecção, mas o exame não a detecta”, explica Brandão.

Para evitar que isso aconteça, os laboratórios precisam ficar de olho e, se necessário, fazer os ajustes em seus equipamentos, insumos e materiais.

A própria Dasa, em parceria com o Instituto de Medicina Tropical da USP, está fazendo um estudo com essa nova variante para avaliar a eficiência dos testes diagnósticos utilizados atualmente.

Outras repercussões

Não dá pra ter certeza ainda se aquelas pessoas que tiveram covid-19 antes e se recuperaram estão imunes à B.1.1.7. Novos trabalhos precisam avaliar com mais profundidade essa questão.

“Em termos de reinfeção, a gente não sabe nada ainda. É provável que o Reino Unido possa observar alguma coisa a respeito disso nas próximas semanas, já que lá se encontram a maioria dos casos”, acrescenta Levi.

Em relação à doença em si, a nova variante não parece estar relacionada a quadros mais graves, mais tempo de internação ou a uma maior mortalidade pelo que tem sido observado até o momento.

E as vacinas?

Outra grande dúvida que surge na cabeça de todo mundo diz respeito à eficácia dos imunizantes que já foram aprovados ou estão em fase final de testes frente à nova cepa. Será que essas vacinas são capazes de proteger mesmo desta nova cepa?

“Até agora, as variantes não parecem ter capacidade de escapar das estratégias de vacinação”, tranquiliza Brandão.

Levi pontua que mudanças na proteína S do vírus podem interferir na eficácia das imunizantes, então é importante que as autoridades fiquem de olho nesse aspecto.

“O lado bom é que, mesmo que aconteça uma eventual perda de eficácia, os imunizantes já aprovados usam tecnologias muito modernas, que podem ser ajustadas de acordo com a necessidade”.

Muitos grupos de pesquisa trabalham justamente para detectar essas mudanças genéticas do vírus e antecipar possíveis problemas. Por ora, o que foi encontrado parece não colocar em xeque a eficácia das vacinas mais avançadas.

Além da variante do Reino Unido, há outras duas que são acompanhadas mais de perto pelos especialistas: a B.1.351, observada na África do Sul, e a B.1.207, na Nigéria.

(Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55503749>)

Após aparente ameaça de Bolsonaro, MP do Rio diz que presidente deve formalizar denúncia e apresentar provas

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) reagiu nesta segunda-feira (4/01/2021) à recente declaração do presidente Jair Bolsonaro com teor intimidatório contra a instituição que investiga seus filhos Flávio Bolsonaro (senador do Rio pelo Republicanos) e Carlos Bolsonaro (vereador do Rio pelo Republicanos).

Em transmissão ao vivo no dia 31 de dezembro, o presidente questionou o Ministério Público fluminense sobre como o órgão procederá caso houvesse uma delação de tráfico internacional de drogas contra o filho de uma autoridade do próprio MPRJ. O presidente disse se tratar de um “caso hipotético”, mas a fala soou como uma possível ameaça contra integrantes da instituição.

“Agora o MP do Rio, presta bem atenção aqui, imagine se um dos filhos de autoridades do MP do Rio fosse acusado de tráfico internacional de drogas: O que aconteceria, MP do Rio de Janeiro? Vocês aprofundariam a investigação ou mandariam o filho dessa autoridade para fora do Brasil e procurariam maneira de arquivar esse inquérito?”, questionou Bolsonaro.

“Isso é um caso hipotético, vamos deixar bem claro. Se fosse um filho de vocês que tá na cúpula do MP do Estado do Rio de Janeiro acusado de tráfico internacional de drogas, acusado pela Polícia Civil, esse caso seria apurado — deixando bem claro, caso hipotético — esse caso seria apurado, ou o filho de um de vocês providenciaria mandar pra fora do Brasil pra esfriar o caso e providenciaria arquivar esse processo?”, insistiu.

Questionado pela BBC News Brasil, o Ministério Público do Rio de Janeiro disse por meio de nota “que não se tem conhecimento de investigação em curso sobre o envolvimento de filho de integrante da instituição com o tráfico de drogas, incluindo o tráfico internacional, como na hipótese aventada pelo Presidente da República”.

A instituição disse ainda que o presidente deve formalizar denúncia caso vislumbre alguma atuação incorreta de integrantes do MPRJ, ressaltando que acusações sem prova com intuito de “macular a honra alheia” podem gerar responsabilização dos acusadores.

“Caso o Presidente da República ou qualquer outra pessoa vislumbre desídia, favorecimento ou prevaricação por parte de membro do MPRJ deverá provocar a atuação dos órgãos de controle da instituição, entre eles o Conselho Nacional do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do próprio MPRJ”, diz a manifestação enviada à reportagem.

“Vale destacar que o direito de petição está ao alcance de qualquer pessoa e é o instrumento constitucional a ser utilizado contra ilegalidade ou abuso de poder. De modo correlato, ao ser formalizado, permite a responsabilização dos respectivos autores caso a manifestação seja desprovida de provas, tendo o propósito, único e exclusivo, de macular a honra alheia”, acrescenta a nota.

O MPRJ disse ainda que “a fala do Presidente da República (31/12) não altera em nada as investigações em curso” e reforçou que “a instituição atua de forma técnica, ética, com observância aos princípios constitucionais e legais e com absoluta discricção”.

Investigações contra Flávio e Carlos Bolsonaro

O MPRJ investiga se o vereador Carlos Bolsonaro empregou funcionários fantasmas em seu gabinete de vereador. Já no caso de Flávio, a investigação de um possível esquema de desvio de recursos públicos também por meio de assessores fantasmas culminou em novembro em uma denúncia criminal contra o hoje senador.

Os promotores consideram haver provas suficientes de que houve um esquema de rachadinha no antigo gabinete de deputado estadual de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), operado por seu ex-funcionário e amigo pessoal do presidente Fabrício Queiroz, que está no momento em prisão domiciliar. Nesse esquema, diz o MPRJ, eram contratados com dinheiro público funcionários fantasmas que devolviam quase a totalidade de seus salários. Os recursos teriam sido usados na aquisição de imóveis e para pagar contas pessoais do filho mais velho do presidente.

Essa apuração provocou uma denúncia criminal contra Flávio, Queiroz e mais 15 pessoas. O senador e seu antigo assessor são acusados dos crimes de organização criminosa, peculato, lavagem de dinheiro e apropriação indébita — o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ainda decidirá se aceita a denúncia e os transforma em réus.

Na transmissão ao vivo em que questionou o MPRJ, o presidente Bolsonaro também reclamou da constante cobertura da imprensa sobre o caso.

“Dois anos falando do Queiroz. Tá em prisão domiciliar, nem prestou depoimento ainda, mas fica sangrando, quase todo dia (a imprensa) toca nesse assunto. Se ele errou, pague por seu crime”, disse Bolsonaro, logo antes de questionar o Ministério Público sobre o “caso hipotético” envolvendo filho de autoridade do MPRJ.

As investigações do caso da rachadinha também apontaram em agosto que a primeira-dama Michelle Bolsonaro recebeu R\$ 89 mil em 27 cheques depositados por Queiroz e a mulher dele, Márcia Aguiar, entre 2011 e 2016. Após meses sem apresentar uma explicação para os pagamentos, o presidente disse em dezembro, em entrevista ao jornalista José Luiz Datena, da TV Bandeirantes, que os valores eram para ele, sem detalhar a razão dos depósitos.

“Vamos apurar? Vamos, mas cada um com a sua devida estatura, e não massacrar o tempo todo, como massacram a minha esposa, quando falei desde o começo que aqueles cheques do Queiroz ao longo de dez anos foram para mim, não foram para ela. Eu dava 89... divide aí, Datena. R\$ 89 mil por dez anos, dá em torno de R\$ 750 por mês. Isso é propina? Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! R\$ 750 por mês. O Queiroz pagava conta minha também. Era de confiança, tá?”, afirmou Bolsonaro.

(Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55538675>)

WhatsApp avisa que irá compartilhar dados dos usuários com o Facebook

WhatsApp começou a enviar nesta quarta-feira (06/01/2021) uma notificação sobre mudanças em sua política de privacidade.

A novidade garante o compartilhamento de dados com o Facebook, dono do app de mensagens, e está relacionada com funções como o carrinho de compras em conversas com lojas, anunciado em dezembro passado (veja mais abaixo).

O aceite é obrigatório e os usuários não possuem opção de não compartilhar seus dados pessoais.

“Ao tocar em aceite, você concorda com os novos termos e com a política de privacidade, que entram em vigor em 8 de fevereiro de 2021”, diz a notificação.

“Depois dessa data, você precisará aceitar as atualizações para continuar usando o WhatsApp. Você também pode visitar a Central de Ajuda se preferir apagar a sua conta e desejar obter mais informações”, continua o aplicativo.

O que vai ser compartilhado?

Os termos que passam a vigorar em 8 de fevereiro possuem seções que permitem que empresas ligadas ao Facebook armazenem, gerenciem e processem dados do WhatsApp.

A última vez que o app fez uma grande mudança de política de privacidade foi em 2016, mas as pessoas que já usavam o app podiam negar o compartilhamento de dados com o Facebook. Novas contas, por outro lado, não tinham essa opção.

Ou seja, muitas pessoas já compartilhavam os dados. A partir de agora, todos, inclusive os que negaram o compartilhamento em 2016, terão que concordar com a política de privacidade para usar o app.

O aplicativo de mensagens usa criptografia ponta-a-ponta, o que significa que somente o remetente e destinatário podem visualizar o conteúdo.

Entre os dados que o WhatsApp poderá compartilhar com outras empresas do Facebook estão:

- informações de registro, como o número de telefone;
- endereço de IP;
- informações sobre o dispositivo utilizado;
- dados de transações e pagamentos;
- informações sobre como você interage com outros (incluindo negócios).

As empresas do Facebook que ganharão acesso aos dados dos usuários do WhatsApp são Facebook Payments, Onavo, Facebook Technologies e CrowdTangle.

Integração com outros produtos

Segundo a companhia, as informações podem ser usadas para:

- ajudar a aprimorar os sistemas de infraestrutura e entrega;
- entender como os serviços são usados;
- promover proteção, segurança e integridade em todos os produtos;
- aprimoramento dos serviços e experiências, incluindo sugestões para os usuários (como a recomendação de conteúdos, conexões de grupos ou amigos);
- integração para conectar o WhatsApp com outros produtos do Facebook.

O último item cita integração com o Facebook Pay, base para o sistema de pagamentos do WhatsApp, que chegou a ser testado no Brasil no ano passado, mas foi barrado pelo Banco Central e pelo Cade.

Em dezembro, o WhatsApp anunciou uma função de carrinho de compras em conversas com lojas. O recurso ajuda a organizar pedidos e, pelo menos por enquanto, não inclui uma solução de pagamentos – que está nos planos da empresa.

Relembre o que mudou no WhatsApp em 2020

Além disso, há menção para “habilitar conversas com seus amigos em outros produtos do Facebook, como o Portal” (um alto-falante inteligente com câmera e tela vendido nos EUA pela empresa).

Em 2019, o presidente-executivo do Facebook, Mark Zuckerberg, confirmou planos de integrar o WhatsApp com o Messenger e Instagram Direct, ambos aplicativos de conversa que pertencem à empresa dele.

Em setembro, a companhia juntou mensagens do Instagram e Messenger, permitindo que usuários do Messenger começassem conversas e chamadas de vídeo com pessoas que estão no Instagram e vice-versa. A opção ainda está em fase de testes.

Acusação de monopólio nos EUA

O Facebook foi alvo de acusações de monopólio nos Estados Unidos em dezembro passado, após a Comissão Federal de Comércio (FTC, na sigla em inglês) dos EUA e 48 autoridades estaduais apontarem que a companhia mantém seu domínio nas redes sociais por meio de uma conduta anticompetitiva.

São citadas como partes dessa estratégia as compras dos então rivais em ascensão Instagram e WhatsApp pela companhia – em negócios bilionários fechados em 2012 e 2014, respectivamente. A comissão considera a possibilidade de que isso tenha de ser desfeito.

A integração desses aplicativos vai na contramão de soluções apresentadas pelas autoridades americanas, que incluem a venda desses ativos ou a divisão deles.

(Fonte: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/01/06/whatsapp-comeca-a-avisar-que-ira-compartilhar-dados-dos-usuarios-com-o-facebook.ghtml>)

Covid-19: Anvisa divulga novas orientações para farmácias e drogarias

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou nova nota técnica, com orientações que objetivam minimizar os riscos de exposição ao novo coronavírus (covid-19) para as equipes de profissionais que trabalham nas farmácias e drogarias e aos clientes, a partir da adoção de princípios de prevenção e controle de infecções e distanciamento social enquanto durar a pandemia.

De acordo com o documento, divulgado nessa segunda-feira (11/01/2021), as farmácias e drogarias são estabelecimentos que realizam atividades essenciais durante a pandemia e, por isso, é fundamental que cumpram medidas relacionadas ao enfrentamento da disseminação da covid-19.

Conforme a nota da Anvisa, as farmácias e drogarias, entre outras medidas, devem estabelecer barreiras, preferencialmente físicas, entre funcionários e usuários, como também entre os próprios usuários.

Recomenda-se ainda que o distanciamento seja de no mínimo 1 metro entre elas; e limitar o número de pessoas no interior do estabelecimento para evitar aglomeração no balcão de atendimento ou nas áreas de pagamento.

Além disso, os estabelecimentos podem definir estratégias para diminuir o tempo que o usuário permanece na fila; e estratégias para controlar o fluxo da entrada de clientes no estabelecimento. Se as condições climáticas permitirem, disponibilizar local externo para área de espera.

“As farmácias e drogarias devem também disponibilizar insumos de proteção e prevenção, tais como: sabonete líquido, preparações alcoólicas a 70% e equipamentos de proteção individual, para o atendimento seguro e adequado, estando estes em fácil acesso e suficientes para os clientes e equipe”, orienta a Anvisa.

(Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01/covid-19-anvisa-divulga-novas-orientacoes-para-farmacias-e-drogarias>)

Justiça nega pedido para adiar o Enem 2020 e diz que cada cidade deve decidir se há condições para realizar a prova

A Justiça Federal em São Paulo negou o pedido de adiamento das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2020. Com isso, estão mantidas as datas de realização da prova, marcadas para 17 e 24 de janeiro (versão impressa).

De acordo com a decisão, caso uma cidade tenha elevado risco de contágio que justifique medidas severas de restrição de circulação, caberá às autoridades locais impedirem a realização da prova. Se isso acontecer, o Inep, responsável pela prova, terá que reaplicar o exame.

A decisão é da juíza Marisa Claudia Gonçalves Cucio, da 12ª Vara Cível Federal de SP. A realização do Enem 2020 colocará 5,78 milhões de candidatos em circulação. A Defensoria Pública da União já recorreu da determinação.

O exame terá 14 mil locais de prova e 205 mil salas em todo o país. O balanço com número de cidades que terão Enem só será divulgado após a aplicação, segundo o Inep. Em relação aos estados, SP é o que tem o maior número de inscritos (910.482), seguido por MG (577.227) e BA (446.978). Os estados com menor número de inscritos são RR (16.897), AC (41.841) e AP (47.279).

Originalmente, o exame seria feito em novembro, mas foi adiado devido à pandemia. Com o aumento no número de casos de transmissão no país, entidades estudantis e a Defensoria Pública da União pediram um novo adiamento da prova.

O texto da decisão da Justiça cita que a pandemia varia em cada região do país e que fica a cargo das autoridades sanitárias locais decidirem se há segurança para a realização da prova.

“A situação da pandemia em uma cidade pode ser mais ou menos grave do que em outra e as peculiaridades regionais ou municipais devem ser analisadas caso a caso, cabendo a decisão às autoridades sanitárias locais, que podem e devem interferir na aplicação das provas do ENEM se nessas localizações específicas sua realização implicar em um risco efetivo de aumento de casos da Covid-19”, diz um trecho da decisão.

A decisão também cita os cuidados dos candidatos para minimizar possíveis contágios e diz que as medidas adotadas pelo Inep, órgão responsável pelo exame, são “adequadas” para fazer a prova na data prevista. No início da semana passada, o presidente do Inep, Alexandre Lopes, afirmou que está “preparado” para fazer a prova em plena pandemia.

“Entendo que as medidas adotadas pelo Inep para neutralizar ou minimizar o contágio pelo coronavírus são adequadas para viabilizar a realização das provas nas datas previstas, sem deixar de confiar na responsabilidade do cuidado individual de cada participante e nas autoridades sanitárias locais que definirão a necessidade de restrição de circulação de pessoas, caso necessário.”, diz outro trecho da decisão.

“Se o risco maior de contágio em determinado município ou localidade venha a justificar eventuais restrições mais severas de mobilidade social ou mesmo de “lockdown” por parte das autoridades sanitárias locais ou regionais, que impeçam a realização de provas, ficará o Inep obrigado à reaplicação do exame diante da situação específica”, afirma o documento.

Pedido de adiamento

Na última sexta (07/01/2021), a Defensoria Pública da União pediu à Justiça o adiamento do Enem, frente ao aumento no número de casos no Brasil. A ação é em conjunto com a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e as entidades Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Educafro.

Na mesma sexta, mais de 45 entidades científicas publicaram uma carta endereçada ao ministro da Educação, Milton Ribeiro, em que expressam preocupação pela realização do exame.

Encabeçam a manifestação a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Segundo a carta, as medidas do Inep e do governo federal “não são suficientes para garantir a segurança da população brasileira, num momento de visível agravamento da pandemia no país”.

Avaliação de infectologistas

O G1 procurou no último domingo (10) a avaliação de especialistas sobre a data marcada para o Enem nesse momento da pandemia nas condições descritas pelo Inep.

Márcio Sommer Bittencourt, da Clínica Epidemiológica do Hospital Universitário da USP, diz que, “de forma bem subjetiva”, o risco com “pessoas em silêncio, usando máscara, com distanciamento e janelas abertas poderia ser considerado moderado” nas condições anunciadas pelo Inep.

Em sua avaliação, a decisão de manter ou adiar o Enem é “muito complicada, mas acho que estamos fazendo o exame no pior momento da pandemia no Brasil. Está pior do que na data em que foi adiado [maio do ano passado]”.

Para o infectologista Jamal Suleiman, do Instituto Emílio Ribas, de São Paulo, “o risco de transmissão nesse cenário é mínimo, porque a possibilidade de disseminação de gotículas é praticamente zero. Não há comunicação oral nem contato físico durante a permanência nas salas”.

Ressalta Suleiman afirma que “atenção especial deve ser dada aos momentos entrada e saída da prova para que não ocorra aglomeração”. “O ponto central é que, se o processo seguir rigorosamente protocolo de segurança, estaremos executando a flexibilização de maneira correta.”

Miriam Dal Ben, infectologista do hospital Sírio-Libanês, de São Paulo, diz que as medidas adotadas pelo Inep “são as indicadas para mitigar o risco, mas o risco não é zero”.

(Fonte: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2020/noticia/2021/01/12/justica-mantem-datas-do-enem-2020-e-diz-que-autoridades-sanitarias-locais-devem-decidir-pela-seguranca-da-realizacao-da-prova.ghtml>)

‘Faltou a Ford dizer a verdade: querem subsídios’, diz Bolsonaro sobre fim da produção no Brasil

O presidente Jair Bolsonaro disse nesta terça-feira (12/01/2021), ao comentar a decisão da Ford de encerrar a produção de veículos no Brasil, que faltou a empresa dizer a “verdade” sobre o motivo da saída. De acordo com Bolsonaro, a Ford queria subsídios do governo para continuar no país.

Bolsonaro disse ainda lamentar os 5 mil empregos que serão perdidos com o encerramento da produção da Ford em território nacional.

Esse foi o número citado pela Ford quando questionada sobre quantas pessoas seriam demitidas, mas empresa disse que o montante inclui a Argentina, onde também serão feitos cortes em função do encerramento da produção no Brasil.

De acordo com Bolsonaro, o valor em subsídios para a Ford chegou a R\$ 20 bilhões “ao longo dos últimos anos”.

“Lamento os 5 mil empregos perdidos. Agora a empresa não fala que em novembro nós criamos 414 mil empregos. E estamos perdendo 5 mil agora. Repito: lamento. Mas o que a Ford quer? Faltou a Ford dizer a verdade: querem subsídios. Vocês querem que eu continue dando R\$ 20 bilhões para eles como fizeram nos últimos anos? Dinheiro de vocês, de impostos de vocês, para fabricar carro aqui? Não. Perdeu a concorrência. Lamento”, afirmou Bolsonaro a apoiadores na saída da residência oficial do Palácio da Alvorada.

O G1 entrou em contato com a Ford para comentar a declaração de Bolsonaro, mas a montadora não havia se pronunciado até a última atualização desta reportagem.

Na segunda (11), ao anunciar o fim da produção no Brasil, a montadora citou a ociosidade nas fábricas devido à redução nas vendas, agravada da pandemia.

Segundo a empresa, desde 2013, a Ford América do Sul acumulou “perdas significativas”, e a matriz, nos Estados Unidos, tem auxiliado nas necessidades de caixa, “o que não é mais sustentável”.

Entre os motivos da decisão, a fabricante apontou ainda a desvalorização das moedas da região, que “aumentou os custos industriais além de níveis recuperáveis”.

Mais cedo, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, comentou a saída da Ford do Brasil. Para Mourão, a empresa poderia ter esperado a recuperação da economia.

“A Ford ganhou bastante dinheiro aqui no Brasil, recebeu incentivo. Ela poderia ter esperado. A gente entende que no mundo inteiro a empresa está passando por problemas, a indústria automobilística está passando por problemas, está havendo uma mudança. Mas eu acho que o nosso mercado tem plenas condições de assimilar, vamos dizer assim, a partir do momento que retomar a economia de uma forma normal”, disse Mourão.

Economista explica

Em entrevista à GloboNews, Ricardo Bacellar, economista e sócio-líder da KPMG no Brasil, afirmou que não há um único fator para explicar os motivos da decisão da Ford de deixar o Brasil.

“Está longe de ter um único motivo. Você tem um conjunto de vários fatores, de vários vetores, que incidiram nessa tomada de decisão estratégica.”

Segundo ele, a decisão está inserida em um contexto de revisão da estratégia de negócios da Ford nos últimos três anos.

“Mesmo nos EUA, que é um mercado muito maior que o nosso, já tinha tomado uma decisão difícil de reduzir seu portfólio de oferta, de se concentrar em modelos mais rentáveis e nas operações dos EUA e China. Aqui no Brasil, essa transformação do modelo de negócio da indústria requer um nível de investimento muito alto e algumas empresas estão sofrendo mais que outras”, afirmou Bacellar.

De acordo com o economista, é um consenso de que o problema do chamado “custo Brasil” está demorando para ser enfrentado.

“Mas esse componente, no todo, não foi tão relevante assim. Mesmo que houvesse sido conduzido — benefícios para a Ford, em função do contexto global — o impacto seria bem pequeno”, disse.

(Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/12/faltou-a-ford-dizer-a-verdade-querem-subsidios-diz-bolsonaro-sobre-saida-da-empresa-do-brasil.ghtml>)

Fiocruz entrega documentação completa para obter registro de vacina pela Anvisa

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) informou que entregou nesta sexta-feira (15/01/2021) a documentação pendente exigida pela Anvisa para a análise do pedido de concessão do registro emergencial de sua vacina. Trata-se do imunizante elaborado pela Universidade de Oxford em parceria com o laboratório AstraZeneca.

No painel da Anvisa, no site da agência, consta que resta pouco mais da metade da documentação a ser analisada. A decisão final sobre a concessão do registro será tomada pela agência reguladora neste domingo (17).

Em nota, a Fiocruz afirma que “tem mantido seu corpo técnico à disposição para eventuais esclarecimentos que ainda se façam necessários durante a análise da Anvisa”.

A fundação afirmou ainda que esteve em contato com a AstraZeneca e o Instituto Serum, produtor na Índia, para responder aos esclarecimentos solicitados e finalizou, na manhã desta sexta, o envio dos respectivos documentos pendentes.

(Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/15/fiocruz-entrega-documentacao-completa-para-obter-registro-de-vacina-pela-anvisa.ghtml>)

Doria e Bolsonaro trocam acusações sobre colapso em Manaus

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), e o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) trocaram acusações nesta quinta-feira (15) a respeito da crise de saúde pública enfrentada por Manaus por causa da pandemia de Covid-19. A capital do Amazonas entrou em colapso, com hospitais sem oxigênio, doentes levados a outros estados e cemitérios sem vagas.

Doria afirmou que o Congresso Nacional e a sociedade civil devem reagir ao modo como Bolsonaro tem conduzido as ações diante da pandemia. Ao se referir aos mais de 205 mil brasileiros que morreram por causa da doença, o governador paulista falou em “genocídio” por parte do presidente da República.

Bolsonaro reagiu, chamando o adversário político de “moleque” e dizendo que ele e outros governadores “querem quebrar a economia do Brasil para botar na minha conta”.

As declarações de Doria foram dadas em entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, na qual ele responsabilizou o presidente pela crise no Amazonas.

“Li uma manifestação do presidente Jair Bolsonaro dizendo: ‘Fiz tudo o que estava ao meu alcance, o problema agora é do estado do Amazonas e da Prefeitura de Manaus’. Inacreditável. Inacreditável. Em outro país, isso talvez fosse classificado como genocídio. É um abandono aos brasileiros”, afirmou Doria.

“Está na hora de termos uma reação a isso. Da sociedade civil, dos brasileiros, da população do Brasil, da imprensa, do Congresso Nacional de quem puder ajudar. Ou vamos assistir a isso? Ou vamos assistir a isso por meses e achar que é isso normal, que faz parte e que a ideologia do negacionismo é aceitável?”

Mais tarde, em entrevista à Band, Bolsonaro disse:

“Agora, vem esse moleque, governador de São Paulo, me acusar de facinora. Seja homem, cara. É duro mexer com quem tem um comportamento como esse cara. [...] Em São Paulo, [há] um governador medíocre, que não sai na rua. Se sair, vai ser linchado”, afirmou Bolsonaro.

“O tempo todo querendo acusar a mim, achar um responsável pelo seu insucesso em São Paulo. E parece que está organizando inclusive hoje uma manifestação, um pannelo contra minha pessoa. Baseado no quê? Está faltando coragem, seriedade para esse governador”, continuou o presidente.

Doria acusou ‘negacionismo’

Antes da coletiva de Doria nesta sexta, em comentário dirigido a apoiadores na saída da residência oficial do Palácio da Alvorada, Bolsonaro afirmou que o governo federal fez a sua parte para ajudar o Amazonas.

Na entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes, o governo de SP ofereceu leitos para a transferência de bebês prematuros que estão sem oxigênio nos hospitais amazonenses. Doria disse ainda que a falta de oxigênio para pacientes internados com Covid-19 em Manaus decorre da “opção pelo negacionismo” e da “política caótica” do governo federal em relação à pandemia.

“O negacionismo [está] dominando o país no governo federal. Um mar de fracasso, colocando como vítimas milhares de brasileiros que perderam a sua vida e outros milhares que podem perder”, disse o governador.

Doria também afirmou: “Tenho a sensação de que o governo Bolsonaro gosta do cheiro da morte, e não de celebrar a vida, pois se quisesse celebrar a vida já teria contribuído com o estado do Amazonas para oferecer condições mínimas de atendimento aos brasileiros que lá vivem. Não teríamos assistido às cenas dramáticas que vimos ontem na TV”.

(Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/15/doria-fale-em-genocidio-e-pede-reacao-do-congresso-contra-bolsonaro-na-conducao-da-pandemia-de-covid-19.ghtml>)

‘Implosão do sistema’ no Amazonas é consequência da redução do distanciamento social, diz OMS

A Organização Mundial da Saúde afirmou que a “implosão do sistema” no Amazonas é consequência da redução do distanciamento social, e não apenas da ação de novas variantes.

O diretor-executivo de emergências, Mike Ryan, contou que a OMS tem uma equipe em Manaus trabalhando de perto com autoridades do estado e do governo federal. Ele falou em tragédia. Afirmou que um problema é que, além de trabalhadores de saúde na linha de frente, muitos funcionários que trabalham para rastrear os casos e fazer exames de laboratórios também estão sendo infectados. E, assim, todo o sistema começa a implodir.

O chefe de emergências disse que falhas no comportamento básico, o aumento dos contatos sociais, a redução do distanciamento e o cansaço estão impulsionando a contaminação e citou as festas de fim de ano. Ele frisou: “É muito fácil colocar a culpa nas novas variantes. Temos que reconhecer a nossa responsabilidade, como indivíduos, comunidades e governos por perder o controle do vírus”.

Para a Organização Mundial da Saúde, a situação em Manaus deve servir de alerta para vários países contra uma falsa sensação de segurança. A mensagem foi extremamente clara: não podemos baixar a guarda.

(Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/01/15/implosao-do-sistema-no-amazonas-e-consequencia-da-reducao-do-distanciamento-social-diz-oms.ghtml>)

Twitter diz que post de Bolsonaro sobre ‘tratamento precoce’ da Covid viola regras da plataforma, mas mantém a mensagem no ar

O Twitter colocou por volta das 20h desta sexta-feira (15/01/2021) uma marcação no post do presidente Jair Bolsonaro que falava sobre um “tratamento precoce” contra Covid-19 que não tem comprovação médica, alertando que a mensagem viola as regras da plataforma sobre publicação de informações enganosas.

Este tipo de medida restringe a circulação do tuíte, mas mantém a mensagem no ar.

Na postagem feita às 15h36 desta sexta, Bolsonaro disse que “Estudos clínicos demonstram que o tratamento precoce da Covid, com antimaláricos, podem reduzir a progressão da doença, prevenir a hospitalização e estão associados à redução da mortalidade”.

Mas pesquisadores de diferentes universidades e países comprovaram que não há prevenção e/ou tratamento com a ajuda de medicamentos.

No fim da tarde, o G1 questionou a rede social sobre se a postagem violava suas regras e se alguma medida seria tomada neste caso.

Horas após a publicação, a rede social colocou um aviso em cima deste tuíte, dizendo que ele “violou as Regras do Twitter sobre publicação de informações enganosas e potencialmente prejudiciais” relacionadas à Covid-19”.

Mas disse que “no entanto, o Twitter determinou que pode ser do interesse público que esse Tweet continue acessível”. Não estava mais visível a contagem de curtidas e de compartilhamentos.

Em sua política de uso, a plataforma afirma que, se um post de um líder mundial violar as regras, “mas houver um claro interesse público em mantê-lo na plataforma, nós o colocaremos atrás de um aviso que trará contexto sobre a violação e permitirá que as pessoas cliquem e vejam o conteúdo se assim desejarem”.

“O aviso é potencialmente informativo. Ele pode fazer com que a pessoa passe a procurar informações verdadeiras em outros canais e romper o canal da desinformação”, avalia Yasmin Curzi, especialista em Direito Digital, da FGV-Rio.

“Adicionar uma informação a mais, um aviso ou um link para que a pessoa chegue à checagem de fato daquela informação é uma boa medida porque não suprime a manifestação de um usuário”, diz Ivar Hartmann, professor associado do Insper e especialista em direito digital.

Posts apagados em 2020

Esta não foi a primeira vez que o Twitter agiu contra postagens do presidente. Em março de 2020, tuítes de Bolsonaro foram apagados também por violação de regras relacionadas a conteúdos que envolvam a pandemia.

Na ocasião, foram tirados do ar posts que registravam um passeio de Bolsonaro em Brasília, que provocou aglomerações, e o posicionamento dele contra o isolamento social, defendido por autoridades de saúde do mundo inteiro.

Nas regras sobre remoção de conteúdo que envolva desinformação sobre a Covid-19, em texto de julho passado, a rede social aponta o que leva em conta ao considerar essa medida. Podem ser alvo posts que:

- reflitam não uma opinião, mas algo apontado como fato, e, entre os exemplos, o Twitter cita postagens que abordem supostas medidas preventivas contra a doença, tratamentos ou curas;
- tenham sido apontados como falsos ou enganosos por especialistas no assunto, como autoridades de saúde pública;
- possam causar danos se as pessoas acreditarem nessa informação, da forma como ela foi apresentada, podendo levar a uma maior exposição ao vírus ou afetar a capacidade do sistema de saúde de lidar com a pandemia, por exemplo.

A plataforma afirma ainda que, em vez de remover um post, poderá colocar um advertência no tuíte, nos casos em que o risco de dano seja menos grave, mas, ainda assim, possam confundir as pessoas. E que isso reduz a visibilidade da postagem.

(Fonte: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/15/twitter-poe-aviso-em-post-de-bolsonaro-sobre-tratamento-precoce-contra-covid-que-nao-tem-comprovacao.ghtml>)

Enfermeira de SP é primeira pessoa vacinada contra covid-19 no Brasil

A primeira dose de vacina contra covid-19 foi aplicada no Brasil neste domingo (17), após a aprovação pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) do uso emergencial da CoronaVac. A primeira pessoa vacinada no país é a enfermeira Mônica Calazans, de 54 anos, moradora de Itaquera, com perfil de alto risco para complicações da covid-19.

“O senhor não tem noção da minha felicidade”, disse Mônica ao governador João Doria, antes de tomar a vacina. “Dez meses de sofrimento.”

Mônica é obesa, hipertensa e diabética. Apesar de se enquadrar nessas condições, em maio do ano passado, no auge da primeira onda da doença, ela se inscreveu para vagas de CTD (Contrato por Tempo Determinado), escolhendo trabalhar no Emílio Ribas, no epicentro do combate à pandemia. Ela trabalha em turnos de 12 horas, em dias alternados, na UTI do Emílio Ribas, hospital de refe-

rência para casos graves da doença. O setor tem 60 leitos exclusivos para o atendimento a pacientes com coronavírus, com taxa de ocupação média de 90%.

“Não é apenas uma vacina. É o recomeço de uma vida que pode ser justa, sem preconceitos e com garantia de que todos nós teremos as mesmas condições de viver dignamente, com saúde e bem-estar”, afirmou a enfermeira.

Quando começaram os testes clínicos da vacina Coronavac pelo Instituto Butantã, ela também se voluntariou para os testes. No começo deste ano, ela contou em reportagem ao site do Coren (Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo) que já tinha tomado duas doses e não teve nenhum tipo de reação. “Sou monitorada periodicamente. Além disso, há um canal do WhatsApp pelo qual entram em contato semanal comigo”, explicou. Como ela foi escolhida agora para tomar a vacina, pode-se imaginar que ela tinha tomado placebo

Mônica é obesa, hipertensa e diabética. Apesar de se enquadrar nessas condições, em maio do ano passado, no auge da primeira onda da doença, ela se inscreveu para vagas de CTD (Contrato por Tempo Determinado), escolhendo trabalhar no Emílio Ribas, no epicentro do combate à pandemia. Ela trabalha em turnos de 12 horas, em dias alternados, na UTI do Emílio Ribas, hospital de referência para casos graves da doença. O setor tem 60 leitos exclusivos para o atendimento a pacientes com coronavírus, com taxa de ocupação média de 90%.

“Não é apenas uma vacina. É o recomeço de uma vida que pode ser justa, sem preconceitos e com garantia de que todos nós teremos as mesmas condições de viver dignamente, com saúde e bem-estar”, afirmou a enfermeira.

Quando começaram os testes clínicos da vacina Coronavac pelo Instituto Butantã, ela também se voluntariou para os testes. No começo deste ano, ela contou em reportagem ao site do Coren (Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo) que já tinha tomado duas doses e não teve nenhum tipo de reação. “Sou monitorada periodicamente. Além disso, há um canal do WhatsApp pelo qual entram em contato semanal comigo”, explicou. Como ela foi escolhida agora para tomar a vacina, pode-se imaginar que ela tinha tomado placebo.

Antes de fazer faculdade de Enfermagem, Mônica atuou como auxiliar da área por 26 anos. O diploma foi obtido aos 47. “Quem cuida do outro tem que ter determinação e não pode ter medo. É lógico que eu tenho me cuidado muito a pandemia toda. Preciso estar saudável para poder me dedicar. Quem tem um dom de foi cuidar do outro sabe sentir a dor do outro e jamais o abandona,” disse Mônica, de acordo com a assessoria de imprensa do Emílio Ribas.

A enfermeira é viúva e mora com o filho Felipe, de 30 anos. Seu irmão caçula, de 44 anos, auxiliar de enfermagem, chegou a se contaminar e ficou internado por 20 dias com a doença. Ela também cuida da mãe que, aos 72 anos, vive sozinha em outra casa.

Torcedora do Corinthians, Mônica aproveita as folgas no hospital para assistir aos jogos do clube de coração. Ela também é fã de de séries de TV e das canções de Seu Jorge.

No início do ano, ela deu uma entrevista ao Estadão em reportagem que falava sobre o clima da segunda onda da pandemia entre os trabalhadores de serviços essenciais. Na ocasião, ela contou que tinha medo da pressão do aumento de contágio sobre a rede de saúde pública, mas que estava esperançosa com a vacina. “Na primeira onda, a gente tinha os hospitais de campanha. Agora está mais complicado”, relatou. A última unidade do tipo que funcionava na capital paulista era o Hospital do Ibirapuera, zona sul, foi fechada em 26 de setembro.

“No Pronto Atendimento de São Mateus (zona leste), não temos estrutura para o paciente ficar internado. Solicitamos vaga e esperamos”, contou ela sobre a outra unidade de saúde onde trabalha.

Aplicação

Quem aplicou a primeira vacina também é mulher e enfermeira. Jéssica Pires de Camargo, 30, atua na Coordenadoria de Controle de Doenças e mestre em Saúde Coletiva pela Santa Casa de São Paulo.

Com histórico de atuação em clínicas de vacinação e unidades de Vigilância em Saúde, Jéssica já aplicou milhares de doses em campanhas do SUS contra febre amarela, gripe, sarampo e outras doenças. “Não esperava ser a pessoa a aplicar esta primeira dose. Isto me enche de orgulho e esperança de que mais pessoas sejam protegidas da covid-19 e que outros colegas de profissão possam sentir a mesma satisfação que sinto ao fazer parte disso”, afirmou.

Primeira indígena

Logo após a primeira dose ter sido aplicada, foi a vez da primeira indígena ser imunizada contra a covid-19. Vanuzia Costa Santos, de 50 anos, é moradora da aldeia multiétnica Filhos dessa Terra, localizada no bairro Cabuçu Guarulhos.

Santos atua como técnica de enfermagem e assistente social, e é também presidente do Conselho do Povo Kaimbé, originário do Nordeste. Ela veio para o estado de São Paulo em 1988. “Fiquei muito feliz de participar deste momento. Sou defensora da vida, de outras vacinas, da prevenção, saúde. Devemos valorizar a educação, a ciência, e isso pode ser conciliado mantendo uma crença, com as rezas e a medicina tradicional do meu povo”, afirma.

Vanuzia orienta as comunidades sobre a suscetibilidade aos vírus, lembrando sua experiência como técnica de enfermagem na Casa do Índio, onde trabalhou por dez anos. Vanuzia concluiu a graduação em Assistência Social com bolsa integral pela PUC-SP no ano passado, com aulas à distância no último ano devido à pandemia.

Ela também relatou o drama que viveu com a COVID-19 e os sintomas mais severos em maio passado. Solteira, com um filho de 24 anos, Vanuzia descreveu o sofrimento provocado pela doença: dores no corpo, tosse e severa falta de ar, além da ausência de olfato e paladar que persiste até hoje.

“Não fui para o hospital porque ajudava a cuidar de outras seis pessoas, precisava ter força para dar uma palavra de conforto e cuidar deles sem me abater. Tinha um oxímetro [equipamento que mede a saturação de oxigênio na corrente sanguínea], mas não media minha respiração para não me apavorar. Fiz o teste em 15 de junho e já estava curada.”

<https://bit.ly/3jkScXP>

Impedidos de fazer Enem 2020 porque sala estava lotada devem ir ao exame no próximo domingo, 24, ou pedir reaplicação, diz Inep

Candidatos que foram barrados no primeiro dia de Enem 2020 podem comparecer ao local de prova no segundo dia de aplicação, previsto para ocorrer no próximo domingo (24), ou pedir a reaplicação do Enem das duas datas. A partir de segunda-feira (25), eles devem pedir a reaplicação da prova que perderam.

A regra é diferente para quem faltou à prova. O candidato que não comparece ao exame é eliminado. No primeiro dia de aplicação do Enem 2020, no domingo (17), 51,5% dos candidatos faltaram.

[ATUALIZAÇÃO: quando foi publicado, em 19 de janeiro, este texto afirmava que todos os candidatos barrados deveriam comparecer ao segundo dia de prova, conforme orientação do Inep. Na quarta (20), uma decisão judicial reafirmou o direito de candidatos atingidos por problemas logísticos, como salas lotadas, de pedirem reaplicação dos dois dias de prova. O G1 questionou o Inep sobre as duas possibilidades, mas só recebeu a resposta na sexta (22). Segundo o instituto, os candidatos barrados na prova do dia 17 podem optar por fazer a prova do 2º dia (24) ou pedir a reaplicação das duas datas.

E quem foi barrado no Enem 2020? E quem pegou Covid na véspera? Quando sai o gabarito oficial? Confira o calendário

Apesar da ausência de mais da metade dos inscritos em todo o Brasil, o Enem 2020 teve salas lotadas e candidatos impedidos de fazerem as provas.

O Inep informou que 11 locais de prova tiveram registros de salas com mais de 50% de candidatos. Houve filas. Quando a quantidade segura de pessoas na sala atingiu o limite, a entrada foi bloqueada. Quem ainda estava na fila ficou do lado de fora das salas nas quais estavam inscritos.

O instituto não informou o número de estudantes prejudicados, mas divulgou que os casos ocorreram em seis cidades (Curitiba, Londrina, Florianópolis, Caxias do Sul, Canoas e Pelotas). No entanto, há registro de casos em mais cidades do país, como Mogi das Cruzes, Porto Alegre e Santa Cruz do Sul.

G1 perguntou ao Inep qual a estratégia para evitar novas aglomerações, já que há chances de que candidatos que fizeram a prova no 1º dia e os impedidos se encontrem na mesma sala no 2º dia e não havia recebido resposta até as 10h de domingo (24).

Reaplicação

O caso dos barrados no Enem se enquadra nos candidatos que tiveram problemas logísticos na prova, segundo o Inep. A reaplicação é prevista em edital para estes casos.

Como fazer o pedido de reaplicação?

É preciso entrar na Página do Participante e fazer a solicitação. O endereço é <https://enem.inep.gov.br/participante/>

Já posso fazer o pedido?

O prazo para pedir reaplicação abre na segunda-feira (25) e se encerra na sexta (29).

O pedido já garante a reaplicação?

Não. O Inep vai analisar caso a caso.

Como saber se meu pedido foi aceito?

O resultado da análise será informado ao candidato na Página do Participante.

Quando será a reaplicação?

O Enem 2020 será reaplicado pelo Inep em 23 e 24 de fevereiro.

Há outros problemas logísticos que se encaixam no critério para pedir reaplicação?

Sim. O edital do Enem 2020 prevê como problemas logísticos: desastres naturais (que comprometam a infraestrutura do local), falta de energia elétrica (que comprometa a visibilidade da prova), falha no leitor de tela para quem pediu este recurso ou erro de execução de procedimento de aplicação pelo aplicador, que tenha, comprovadamente, causado prejuízo ao participante.

<https://glo.bo/200vhp8>

Bula indica que Coronavac é contraindicada para poucas pessoas; saiba quais são

A bula da Coronavac mostra que a vacina tem poucas contraindicações e causa reações adversas principalmente em pessoas com alergia a algum componente usado em sua produção. A CNN teve acesso ao documento que é enviado a profissionais de saúde com dados do imunizante.

Um dos pontos destacados na bula diz respeito a quem deve procurar um médico antes de receber a vacina: pacientes com doença aguda, início de enfermidade crônica e histórico de epilepsia ou convulsão.

Caso a pessoa tenha alergia a algum componente da vacina e não saiba até o momento de aplicação, o Instituto Butantan afirma que os pontos de vacinação têm doses de adrenalina para reverter um possível choque anafilático.

Pelo regulamento, o Instituto deve garantir pronto-atendimento por trinta minutos após a aplicação. “A orientação é que, se a pessoa não tem certeza se é alérgica a algum componente ou não, ela fique no local por 30 minutos”, diz Luiz Gustavo de Almeida, microbiologista da USP e coordenador do Instituto Questão de Ciência.

Gestantes e lactantes não devem se vacinar neste primeiro momento, simplesmente, porque as pesquisas e estudos não contemplam esse grupo.

“Não quer dizer que vai ter problema, mas não temos como garantir que não terá. É simplesmente pelo fato deste grupo não ter sido testado, portanto, não é possível garantir a segurança”, diz Almeida.

O microbiologista também destaca restrições para pessoas com sistema imunodeprimido ou imunodebilitado.

“Principalmente aquelas que fazem uso de imunoglobulina humana. Ela deve ser vacinada com, pelo menos, um mês de intervalo para não interferir na resposta imunológica”, alerta.

“Mas a orientação na bula é de que podem sim, desde busquem a orientação médica.”

Tratamento preventivo

A Sociedade Brasileira de Infectologia emitiu um comunicado destacando que não há tratamento preventivo contra a Covid-19, exceto as medidas que já conhecemos: isolamento social, uso de máscaras e higienização das mãos.

“As melhores evidências científicas demonstram que nenhuma medicação tem eficácia na prevenção ou no ‘tratamento precoce’ para a Covid-19 até o presente momento. Pesquisas clínicas com medicações antigas indicadas para outras doenças e novos medicamentos estão em pesquisa. Atualmente, as principais sociedades médicas e organismos internacionais de saúde pública não recomendam o tratamento preventivo ou precoce com medicamentos, incluindo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), entidade reguladora vinculada ao Ministério da Saúde do Brasil”, consta trecho do comunicado.

(Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/01/19/bula-indica-que-coronavac-e-contraindicado-para-poucas-pessoas-saiba-quais-sao>)

Impeachment: grupos de direita e esquerda convocam carreatas pela saída de Bolsonaro

Com o agravamento da crise do coronavírus e a dificuldade do governo federal de agilizar uma ampla campanha de vacinação, pela primeira vez movimentos de esquerda e direita convocaram carreatas neste fim de semana em diversas cidades do país com uma pauta em comum: pressionar o Congresso Nacional a iniciar um processo de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro.

O formato de carreatas, que acaba excluindo grande parte da população que não é motorizada, foi escolhido para reduzir o risco de contágio da covid-19 durante os atos.

Por enquanto, as manifestações serão separadas. Grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua — organizações que protagonizaram a mobilização pela derrubada da então presidente Dilma Rousseff em 2016 — chamaram atos pelo país na manhã de domingo (24/1).

Já organizações de esquerda, como sindicatos e movimentos populares reunidos na Frente Povo Sem Medo, decidiram nesta semana convocar carreatas para sábado (23/1).

Em cidades como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, essa mobilização da esquerda está convergindo com a convocação iniciada na semana passada por integrantes do movimento Acredito — grupo de renovação política que não se coloca como de direita ou esquerda, mas como uma organização progressista, e do qual fazem parte os deputados federais Tabata Amaral (PDT-SP) e Felipe Rigoni (PSB-ES) e o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Lucas Paulino, integrante do movimento Acredito em Belo Horizonte que iniciou essa mobilização pelo Twitter, contou à BBC News Brasil que foi feito contato com o MBL tentando unificar as manifestações no sábado, mas os grupos de direita preferiram manter sua programação original.

Adelaide Oliveira, porta-voz do MBL, disse à reportagem que a recusa não foi por divergência ideológica, mas pelo fato de o movimento reunir em São Paulo muitas pessoas do setor de comércio que trabalham sábado e, por isso, preferem atos aos domingos. Já o Acredito e a Frente Povo Sem Medo não quiseram marcar no domingo por causa da segunda etapa do Enem, que ocorre em todo o Brasil a partir de 13h30.

Para Oliveira, é possível que no futuro grupos com diferentes visões ideológicas compartilhem a rua contra Bolsonaro. “Eu consigo imaginar plenamente a avenida Paulista com várias pautas (visões ideológicas) e a esquerda no seu lugar, no seu papel ali, em torno da mesma pauta (de impeachment do Bolsonaro)”, disse, ao ser questionada sobre essa possibilidade pela reportagem.

Pontos de aproximação e divergências

Conversando com lideranças dos diversos movimentos, a BBC News Brasil encontrou como motivação em comum na defesa da queda do presidente a indignação com a falta de uma ampla campanha de vacinação para imunizar a população contra o coronavírus, além do agravamento da crise com a escassez de oxigênio em Manaus e outras cidades do Norte do país para tratar pacientes com covid-19, o que já levou dezenas de pessoas a morrerem sufocadas.

No entanto, a reportagem identificou também resistências à convergência de grupos que têm estado em campos opostos desde 2016.

Por um lado, lideranças de esquerda querem atos com agendas mais amplas, que, além de pedir impeachment e vacinação, cobrem mudanças na política econômica liberal e a volta do auxílio emergencial, pautas rejeitadas pelos movimentos de direita, que defendem redução do rombo fiscal e do tamanho do Estado.

Do outro lado, a convocação do Vem Pra Rua e do MBL se coloca como apartidária e pede que os manifestantes levem apenas a bandeira do Brasil, excluindo bandeiras de partidos ou movimentos sociais. Para a esquerda, esse tipo de postura “criminaliza a política” e alimentou a vitória de Bolsonaro em 2018.

Embora a tentativa de unificar os atos neste fim de semana não tenha obtido êxito, integrantes do Acredito esperam que a proposta “amadureça” após os atos de sábado, caso as carreatas “sejam um sucesso”.

Eles citam como inspiração o movimento Diretas Já, que no início dos anos 1980 uniu diferentes partidos e grupos políticos a favor do fim da ditadura militar e da volta da eleição direta para presidente. Em abril de 1984, um comício em São Paulo com a participação de Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Leonel Brizola e Ulysses Guimarães atraiu centenas de milhares de pessoas.

“Propomos uma manifestação suprapartidária, que inclua todo mundo que é oposição a Bolsonaro, de forma plural, sem preconceitos, sem distinção ideológica. Eu acho que o ideal é que todo mundo esteja na mesma rua. A gente precisa construir maioria (em favor do impeachment), e a maioria não vai vir nem só da direita, nem só da esquerda”, diz Lucas Paulino.

“Gostaríamos de conseguir colocar na mesma mesa a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o MBL para conversar e sair dali com um consenso pra impeachment”, disse também Marco Martins, que está em contato com lideranças dos movimentos de esquerda e direita em São Paulo.

A mobilização para sábado teve início com um tuíte de Paulino propondo a carreatas em Belo Horizonte — a partir daí foram criados grupos no WhatsApp e o Telegram para organizar atos em diferentes cidades.

A partir da unificação com a mobilização da Frente Povo Sem Medo, há atos previstos em ao menos 25 municípios das cinco regiões do Brasil, incluindo Brasília, Belém, Rio Branco, Porto Alegre, Curitiba e João Pessoa.

“Acho que é positivo que todos os setores se manifestem pelo impeachment nesse momento. Isso mostra a ampliação do desgaste do governo Bolsonaro. Diversos setores têm dito que, nesse momento, a luta pelo impeachment é uma luta para retomar a democracia no país e para retomar também condições sanitárias mínimas no combate à pandemia”, afirma Josué Rocha, que integra a Frente Povo Sem Medo e é da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

“Esse debate (sobre atos unificados com grupos de direita) ainda vai se desenrolar, naturalmente, mas existem pautas bastante diferentes, principalmente sobre direitos dos trabalhadores, que vão provavelmente dificultar essa ação mais unitária”, ressaltou.

Pontos de aproximação e divergências

Conversando com lideranças dos diversos movimentos, a BBC News Brasil encontrou como motivação em comum na defesa da queda do presidente a indignação com a falta de uma ampla campanha de vacinação para imunizar a população contra o coronavírus, além do agravamento da crise com a escassez de oxigênio em Manaus e outras cidades do Norte do país para tratar pacientes com covid-19, o que já levou dezenas de pessoas a morrerem sufocadas.

No entanto, a reportagem identificou também resistências à convergência de grupos que têm estado em campos opostos desde 2016.

Por um lado, lideranças de esquerda querem atos com agendas mais amplas, que, além de pedir impeachment e vacinação, cobrem mudanças na política econômica liberal e a volta do auxílio emergencial, pautas rejeitadas pelos movimentos de direita, que defendem redução do rombo fiscal e do tamanho do Estado.

Do outro lado, a convocação do Vem Pra Rua e do MBL se coloca como apartidária e pede que os manifestantes levem apenas a bandeira do Brasil, excluindo bandeiras de partidos ou movimentos sociais. Para a esquerda, esse tipo de postura “criminaliza a política” e alimentou a vitória de Bolsonaro em 2018.

Embora a tentativa de unificar os atos neste fim de semana não tenha obtido êxito, integrantes do Acredito esperam que a proposta “amadureça” após os atos de sábado, caso as carreatas “sejam um sucesso”.

Eles citam como inspiração o movimento Diretas Já, que no início dos anos 1980 uniu diferentes partidos e grupos políticos a favor do fim da ditadura militar e da volta da eleição direta para presidente. Em abril de 1984, um comício em São Paulo com a participação de Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Leonel Brizola e Ulysses Guimarães atraiu centenas de milhares de pessoas.

“Propomos uma manifestação suprapartidária, que inclua todo mundo que é oposição a Bolsonaro, de forma plural, sem preconceitos, sem distinção ideológica. Eu acho que o ideal é que todo mundo esteja na mesma rua. A gente precisa construir maioria (em favor do impeachment), e a maioria não vai vir nem só da direita, nem só da esquerda”, diz Lucas Paulino.

“Gostaríamos de conseguir colocar na mesma mesa a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o MBL para conversar e sair dali com um consenso pra impeachment”, disse também Marco Martins, que está em contato com lideranças dos movimentos de esquerda e direita em São Paulo.

A mobilização para sábado teve início com um tuíte de Paulino propondo a carreata em Belo Horizonte — a partir daí foram criados grupos no WhatsApp e o Telegram para organizar atos em diferentes cidades.

A partir da unificação com a mobilização da Frente Povo Sem Medo, há atos previstos em ao menos 25 municípios das cinco regiões do Brasil, incluindo Brasília, Belém, Rio Branco, Porto Alegre, Curitiba e João Pessoa.

“Acho que é positivo que todos os setores se manifestem pelo impeachment nesse momento. Isso mostra a ampliação do desgaste do governo Bolsonaro. Diversos setores têm dito que, nesse momento, a luta pelo impeachment é uma luta para retomar a democracia no país e para retomar também condições sanitárias mínimas no combate à pandemia”, afirma Josué Rocha, que integra a Frente Povo Sem Medo e é da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

“Esse debate (sobre atos unificados com grupos de direita) ainda vai se desenrolar, naturalmente, mas existem pautas bastante diferentes, principalmente sobre direitos dos trabalhadores, que vão provavelmente dificultar essa ação mais unitária”, ressaltou.

“Com todas as evidências que vieram à tona no manuseio da vacina, fica mais do que caracterizado o crime de responsabilidade de Bolsonaro de não zelar pela segurança e por direitos individuais do brasileiro. Isso começa a trazer de forma mais explícita quais são as consequências dos atos atuais de Bolsonaro: mais desemprego e mais mortes”, disse Rogério Chequer, líder do Vem Pra Rua, que declarou voto em Bolsonaro no segundo turno da eleição de 2018.

“O que estamos observando em termos de cenário é que uma enorme parte da população que antes simplesmente não gostava de Bolsonaro hoje está revoltada com Bolsonaro. O que a gente vê hoje é um aumento no nível da revolta da população, do inconformismo. E esses componentes, quando começaram a aparecer no impeachment de Dilma, começou a aumentar a velocidade do processo”, compara.

Ele também descartou, no momento, a realização de atos conjuntos entre esquerda e direita por serem “movimentos com premissas de governo completamente diferentes”.

“Estamos num momento onde a gente precisa de mais união e menos polarização. Eu acho que dois movimentos que não têm a mesma convergência política podem estar defendendo a mesma coisa. Se vão estar fisicamente um ao lado do outro, isso eu acho que é menos importante”, acredita.

Aliança com Centrão pode proteger Bolsonaro

Já foram apresentados mais de 60 pedidos de impeachment contra Bolsonaro, a maioria deles após a crise do coronavírus. Um processo, porém, só pode ser iniciado pelo presidente da Câmara, e o atual, Rodrigo Maia, disse não ter levado a ideia adiante argumentando que o foco do Congresso deveria estar no enfrentamento da pandemia.

No início de fevereiro, a Câmara elege seu sucessor e os candidatos que aparecem com mais condições de vencer são os deputados Arthur Lira (PP-AL), que concorre com apoio de Bolsonaro, e Baleia Rossi (MDB-SP), que é apoiado por Maia e tem se colocado como independente do governo.

Grupos defensores do impeachment têm pressionado parlamentares também pelas redes sociais. A conta no Twitter @sosimpeachment está contabilizando a posição dos deputados e, até

a manhã de quinta-feira (21/01), indicava haver 111 favoráveis ao afastamento de Bolsonaro, 58 contra e 344 sem posicionamento público.

A Câmara só autoriza o afastamento de um presidente para ser julgado pelo Senado quando há 342 votos pelo impeachment. Hoje, Bolsonaro parece ter uma base capaz de impedir esse cenário — após um início de governo com embates com o Parlamento, a partir de maio de 2020 o presidente passou a fortalecer sua aliança com partidos do Centrão, trocando apoio político por indicações para cargos na administração federal.

Na avaliação de Rogério Chequer porém, “o nível de fidelidade dele (Bolsonaro) e do Centrão é muito baixo”, podendo essa aliança se romper a depender das circunstâncias políticas e da pressão popular contra o presidente.

Além da aliança política, o apoio que Bolsonaro mantém com parte da sociedade pode ser um empecilho para o andamento do impeachment. Sua popularidade atingiu seu auge em meados de 2020, puxada pelo programa de auxílio emergencial. Pesquisas de opinião mostram que a avaliação positiva vem caindo a partir do final do ano passado, mas ainda não estão em patamares tão baixos quanto a de Dilma Rousseff atingiu quando a petista foi derrubada.

Segundo pesquisa Ibope de dezembro, o governo Bolsonaro era avaliado como bom ou ótimo por 35% da população contra 40% três meses antes. Já pesquisa XP/Ipespe divulgada na terça-feira (19/01) mostrou que a avaliação de Bolsonaro como ótimo e bom caiu de 38% para 32%, enquanto o ruim e péssimo subiu de 35% para 40%.

Nos últimos dias, apoiadores de Bolsonaro reagiram à mobilização pelo impeachment com a hashtag #QueroBolsonaroAte2026, enquanto os apoiadores das carreatas usaram #dia23Impeachment1a e #CongressoPauteOImpeachment.

O que os movimentos esperam do vice Mourão?

Um eventual impeachment de Bolsonaro levaria o vice-presidente Hamilton Mourão, general da reserva do Exército, ao comando do país. Apesar do aumento da mobilização contra o atual presidente, não há uma empolgação com um governo do vice entre os movimentos ouvidos pela reportagem.

Para Carmen Foro, da CUT, o ideal após um eventual afastamento de Bolsonaro seria que o Congresso elegeisse um novo presidente da República para concluir o mandato. No entanto, isso só aconteceria se a chapa Bolsonaro-Mourão fosse cassada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — existem ações que questionam a legitimidade da eleição dos dois em andamento na Corte, mas sem previsão de conclusão.

“Não acho que Mourão, que os militares, é a saída política para alguma coisa”, diz Foro.

Na visão de Lucas Paulino, do Acredito, a aprovação do impeachment seria uma sinalização clara para Mourão “do padrão de conduta que não é tolerada para um presidente”.

“Então, se as bases jurídicas e políticas forem o extremismo antidemocrático do Bolsonaro e seu negacionismo científico, o Mourão já assumiria com essa bagagem e teria que agir de modo diferente para que não corra o risco de sofrer o mesmo processo”, afirma. “Mas temos que ver se ele vai romper com o presidente e apresentar uma agenda própria. O vice tem que se colocar para sucessão até para o êxito do impeachment no Congresso.”

Já para Rogerio Chequer, do Vem Pra Rua, não é a “qualidade” do vice que deve influenciar o andamento ou não de um processo de impeachment.

“A gente acredita que temos que ajudar no amadurecimento da democracia tirando aqueles governantes que não estão trabalhando para o povo, independentemente de quem seja o vice”, argumenta. “Não éramos a favor de Michel Temer (vice de Dilma),

não estamos fazendo nenhum movimento pró-Mourão. O que estamos fazendo é tentar tirar do poder uma pessoa que é hoje uma ameaça para o povo brasileiro.”

(Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55759652>)

Militares aparecem com máscaras desenhadas digitalmente em site de órgão do Exército



Exército realiza curso na Marinha do Brasil e fotos são publicadas com máscara fake — Foto: Reprodução/Internet

Militares apareceram com máscaras desenhadas digitalmente em fotos de um curso que o Exército realizou na Marinha do Brasil, em novembro do ano passado. As fotos foram publicadas no site do Centro de Avaliações do Exército.

A Organização Mundial de Saúde indica o uso de máscaras como um método eficaz para diminuir o contágio pela Covid-19. Um estudo já indicou que elas também podem reduzir a gravidade dos casos.

As atividades realizadas pelos militares ocorreram no Centro de Medicina Operativa da Marinha (CMOpM) e contaram com a participação de 22 pessoas. Um texto sobre o curso chegou a ser veiculado no site do Exército e posteriormente apagado.

A finalidade da capacitação, segundo o texto, foi proporcionar aos militares condições de aplicarem os conhecimentos práticos adquiridos no socorro e no resgate de vítimas clínicas ou de trauma.

O G1 procurou o Comando Militar do Leste, que não respondeu até a publicação desta reportagem.

Piadas em redes sociais

Usuários de redes sociais comentaram com piadas sobre as máscaras manipuladas digitalmente.

“Olha que curioso: você entra no site do Centro de Avaliações do Exército (CAEx) e vê uma foto bizarramente alterada no Paint para pintar máscaras pretas nos militares”, escreveu um usuário do Twitter.

“O Exército Brasileiro pintou artificialmente máscaras em seus funcionários que executavam uma missão. Desisto!”, afirmou outro.



(Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/22/militares-aparecem-com-mascaras-desenhadas-digitalmente-em-site-do-exercito-fotos.ghtml>)

Butantan vai entregar mais 900 mil doses da CoronaVac após nova liberação da Anvisa

O Instituto Butantan vai entregar mais 900 mil doses da vacina CoronaVac para a Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo e para o Ministério da Saúde, após a Anvisa liberar o uso emergencial das doses envasadas pelo instituto em São Paulo nesta sexta-feira (22/01/2021).

Na segunda-feira (18), o Butantan fez um pedido de uso emergencial para 4,8 milhões de doses da CoronaVac envasadas no instituto, o que foi aprovado. No entanto, a estimativa foi corrigida pelo Butantan nesta sexta. Agora, o instituto afirma que, após processo de envase e conferência do lote, o total de doses envasadas foi de 4,1 milhões de doses. Desses 4,1 milhões de doses, 900 mil serão liberadas ainda nesta sexta (22).

O cronograma firmado em contrato com o Ministério da Saúde prevê a entrega de 8,7 milhões de doses da vacina previstas até 31 de janeiro. Desse total, 6 milhões foram entregues ao longo desta última semana.

A CoronaVac é uma vacina contra Covid-19 baseada em vírus inativado e desenvolvida pela Sinovac em parceria com o Butantan. Parte das doses foi entregue pela Sinovac já pronta para uso, enquanto outra parte é formulada pelo instituto em São Paulo.

No último domingo (17), a agência autorizou o uso emergencial dos 6 milhões de doses importadas prontas da China. Agora, está permitida também a utilização das vacinas envasadas pelo Butantan em sua fábrica, usando a matéria-prima enviada pelo laboratório chinês Sinovac. A partir desta autorização, outras doses que forem envasadas da mesma forma pelo instituto não precisam de novas liberações da Anvisa.

De acordo com o governo de São Paulo, 200 mil doses foram levadas ao Centro de Distribuição e Logística da Secretaria da Saúde de São Paulo já nesta sexta-feira (22), enquanto outras 700 mil devem seguir para a central de distribuição do Ministério da Saúde, em Guarulhos, na Grande São Paulo.

Em nota, o governo afirma que as demais doses envasadas, rotuladas e embaladas no Butantan a partir de matéria-prima enviada da China “serão liberadas tão logo passem pela inspeção de controle de qualidade do instituto”.

Anvisa libera doses envasadas em SP

A diretoria colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou nesta sexta-feira (22) por unanimidade o uso emergencial de mais 4,8 milhões de doses da vacina CoronaVac, desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan.

O pedido foi feito pelo Butantan na segunda-feira (18). Um primeiro lote com 6 milhões de doses da CoronaVac já tinha sido liberado no último domingo (17) para aplicação emergencial.

Essa fração chegou pronta da China e começou a ser distribuída em todo o país pelo Ministério da Saúde nesta semana. O novo pedido de autorização é para o uso emergencial de todas as doses envasadas pelo Butantan.

As doses do primeiro lote foram integralmente fabricadas na China e enviadas ao Brasil em frascos já prontos para aplicação, com uma dose por recipiente.

Já as doses aprovadas nesta sexta pela Anvisa foram feitas com a matéria-prima enviada pela Sinovac ao Butantan, que finalizou a produção e envasou as 4,8 milhões de doses em frascos contendo dez doses cada um.

De acordo com a Anvisa, as dez doses devem ser aplicadas no prazo de oito horas após o recipiente ser aberto. A agência alerta para o fato de que, passadas oito horas da abertura do frasco, não é possível garantir a integridade e a pureza da vacina.

As doses em frascos fechados, que nunca foram abertos, têm, segundo a Anvisa, prazo de validade de 12 meses, de acordo com as primeiras análises.

Segundo a Anvisa, os frascos precisam ser armazenados em temperatura entre dois a oito graus, mas suportam, fora dessa temperatura, tempo suficiente para a aplicação nas pessoas.

Primeira autorização

A primeira autorização da Anvisa para uso emergencial foi concedida por unanimidade no último domingo (17). A vacina CoronaVac e a da Universidade de Oxford tiveram o uso emergencial aprovado contra a Covid-19.

A reunião que discutiu o tema durou cerca de cinco horas. Os diretores acompanharam o voto de Meiruze Freitas, relatora dos pedidos.

No caso da Coronavac, a diretora condicionou a aprovação à assinatura de termo de compromisso e publicação em "Diário Oficial".

Ao proclamar o resultado, o diretor-presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres, afirmou:

"A imunidade com a vacinação leva algum tempo para se estabelecer. Portanto, mesmo vacinado, use máscara, mantenha o distanciamento social e higienize suas mãos. Essas vacinas estão certificadas pela Anvisa, foram analisadas por nós brasileiros por um tempo, o melhor e menor tempo possível. Confie na Anvisa, confie nas vacinas que a Anvisa certificar e quando ela estiver ao seu alcance vá e se vacine."

(Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/22/butantan-vai-entregar-mais-900-mil-doses-da-coronavac-apos-nova-liberacao-da-anvisa.ghtml>)

Em carta, CEO mundial da Pfizer pediu a Bolsonaro pressa na compra de vacinas

A CNN teve acesso com exclusividade a uma carta encaminhada no dia 12 de setembro de 2020 pelo CEO mundial da Pfizer, Albert Bourla, ao presidente Jair Bolsonaro e a alguns de seus principais ministros. O conteúdo da mensagem mostra que a farmacêutica insistiu para que o governo fosse célere em fechar negócio com a empresa, tendo em vista a alta demanda mundial.

"A potencial vacina da Pfizer e da BioNTech é uma opção muito promissora para ajudar seu governo a mitigar esta pandemia. Quero fazer todos os esforços possíveis para garantir que doses de nossa futura vacina sejam reservadas para a população brasileira, porém celeridade é crucial devido à alta demanda de outros países e ao número limitado de doses em 2020", disse Bourla.

Na sequência, ele justifica o pedido de celeridade. "Fechamos um acordo com o governo dos Estados Unidos para fornecer 100 milhões de doses de nosso potencial vacina, com a opção de oferecer 500 milhões de doses adicionais. (...) Temos ainda acordos com o Reino Unido, Canadá, Japão e vários outros países, e estamos em negociações finais com a União Europeia para fornecer 200 milhões de doses, com uma opção de fornecimento adicional de mais 100 milhões de doses".

Depois, o CEO mundial da Pfizer reforça ainda o pedido para que o governo seja rápido.

"Minha equipe no Brasil se reuniu com representantes de seus Ministérios da Saúde e da Economia, bem como com a Embaixada do Brasil nos Estados Unidos. Apresentamos uma proposta ao Ministério da Saúde do Brasil para fornecer nossa potencial vacina que poderia proteger milhões de brasileiros, mas até o momento não recebemos uma resposta. Sabendo que o tempo é essencial, minha equipe está interessada em acelerar as discussões sobre uma possível aquisição e pronta para se reunir com Vossa Excelência ou representantes do Governo Brasileiro o mais rapidamente possível."

O documento também foi remetido com cópia ao vice-presidente Hamilton Mourão e aos ministros Braga Netto (Casa Civil), Eduardo Pazuello (Saúde), Paulo Guedes (Economia) e ao embaixador do Brasil para os Estados Unidos, Nestor Foster. O Ministério da Saúde se manifestou, em nota, neste sábado.

Segundo fontes, a manifestação foi encaminhada ao Ministério da Saúde, mas as negociações nunca andaram. Primeiro, porque o governo avaliou que as condições de armazenagem e distribuição da vacina dificultariam sua distribuição pelo Brasil. Ao contrário de outras vacinas, ela precisa estar refrigerada a cerca de 70 graus negativos.

Mas o problema maior foram as cláusulas que a farmacêutica impôs para a venda. Conforme mostrou a CNN no dia 30 de dezembro, o governo considerou abusivas quatro trechos do pré-contrato: 1) Que o Brasil deposite valores em uma conta no exterior da Pfizer como garantia de pagamento; 2) Que qualquer questão contratual seja julgada em um tribunal de Nova York, nos Estados Unidos; 3) Que o primeiro lote de vacinas seja de 500 mil unidades (número considerado insuficiente pelo Brasil); 4) Que seja assinado um termo de responsabilidade por eventuais efeitos colaterais da vacina. Até hoje a negociação está travada.

A Pfizer acabou vencendo a corrida mundial pela vacina contra o coronavírus e foi a primeira vacina cuja aplicação foi aprovada pelas autoridades sanitárias com a conclusão de estudos da fase 3, o recomendado pela medicina para iniciar uma vacinação. Isso aconteceu no dia 2 de dezembro pelo órgão regulador britânico. Como muitos países haviam fechado acordos com ela na mesma época em que ela tentava fechar com o Brasil, eles largaram na frente em suas vacinações. No Brasil, a primeira vacina só foi aplicada no dia 17 de janeiro, com a Coronavac, após uma iniciativa do governador de São Paulo, João Dória, que em junho do ano passado fechou um acordo com a farmacêutica chinesa Sinovac.

A CNN procurou a Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto, que pediu que o Ministério da Saúde fosse contatado para responder.

O Ministério da Saúde emitiu nota, neste sábado (23), admitindo o recebimento da carta do CEO da empresa, mas criticando cláusulas "abusivas" no contrato para compra de vacinas.

O Ministério da Saúde admite que “esteve reunido recentemente com representantes da Pfizer e que também recebeu carta do CEO da empresa. A pasta segue em negociações com o laboratório, apesar de cláusulas consideradas abusivas estabelecidas pela empresa”.

(Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/01/22/em-carta-ceo-mundial-da-pfizer-pediou-a-bolsonaro-prensa-na-compra-de-vacinas>)

Todas as regiões do Rio apresentam risco alto para covid-19

Todas as 33 regiões administrativas da cidade do Rio de Janeiro foram consideradas de risco alto para covid-19 no boletim epidemiológico semanal divulgado hoje (22/01/2021) pela Secretaria Municipal de Saúde. O cenário representa um agravamento da pandemia na cidade, já que, na semana passada, havia cinco regiões no nível de risco moderado.

O boletim é o terceiro divulgado pela prefeitura do Rio de Janeiro e leva em conta a incidência de casos e óbitos para definir o nível de risco e aplicar medidas restritivas específicas para cada região administrativa.

O prefeito Eduardo Paes pediu que a população coopere com as medidas preventivas e afirmou que restrições mais contundentes serão necessárias se o cenário continuar se agravando neste ritmo.

“Aqueles que acham que vão ficar na balada, nas festas, fazendo aglomeração, deixem de ser burros. Vocês estão matando pessoas. Vamos respeitar as regras. Ninguém está proibido de sair de casa, nem de frequentar espaços públicos, comércio, restaurantes, bares, mas tem que respeitar as regras. Sair disso é falta de consciência, é burrice, é falta de compaixão, falta de empatia”, afirmou o prefeito.

Paes ressaltou que o trabalho de fiscalização de eventos e estabelecimentos que descumprem as regras vai continuar. Ele citou o exemplo da aglomeração que tem se repetido no local em que antes ocorria o tradicional samba da Pedra do Sal, no centro do Rio de Janeiro.

“Não vai mais acontecer na segunda-feira que vem. Determinei ao secretário Breno [de Ordem Pública] que apreenda todas as caixas de som e equipamentos que lá estejam colocados na próxima segunda-feira”, disse Paes, que também prometeu aumentar o tempo de interdição de casas noturnas que descumprem as regras. “Vamos criar todo tipo de dificuldade para quem não tem respeito à vida e respeito ao próximo.”

Leitos

A prefeitura informou que chegou a 200 o número de leitos abertos na cidade desde o início do mês, com mais 50 vagas criadas nesta semana. Os novos leitos são nos hospitais municipais Souza Aguiar, Salgado Filho e de Piedade e no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Com a instalação de novos leitos desde o início do mês, caiu de 150 para três o número de pessoas que aguardam mais de 24 horas por uma vaga de internação.

Vacinação

O secretário municipal de saúde, Daniel Soranz, detalhou informações sobre as mais de 42 mil doses já aplicadas pela cidade do Rio de Janeiro. Segundo Soranz, já receberam a primeira aplicação da CoronaVac todos os profissionais que trabalharão na campanha da vacinação contra a covid-19, além de praticamente todos os idosos que vivem em residências de longa permanência e dos trabalhadores destes locais.

As próximas doses a serem aplicadas se destinarão prioritariamente a profissionais que atuam nos leitos de enfermagem e unidades de terapia intensiva (UTI) que recebem pacientes com co-

vid-19 e síndrome respiratória aguda. Esse grupo representa cerca de 75% do público-alvo da primeira fase, estima Soranz, que afirmou que a prefeitura está apurando denúncias de possíveis casos de pessoas vacinadas sem pertencer ao público-alvo.

(Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01/todas-regioes-do-rio-apresentam-risco-alto-para-covid-19>)

Governo de SP adia início das aulas na rede estadual de ensino e suspende obrigatoriedade do retorno presencial

O governo de São Paulo adiou o início das aulas da rede estadual, previsto para o dia 1º de fevereiro, e suspendeu a obrigatoriedade do retorno presencial dos alunos de todas as escolas do estado nas fases laranja e vermelha da quarentena.

A decisão foi anunciada em coletiva de imprensa realizada nesta sexta-feira (22) em meio ao aumento de casos e mortes por coronavírus no estado, e ocorre após o governo determinar novas medidas de endurecimento da quarentena.

O governador João Doria (PSDB) disse que, agora, as aulas devem começar no dia 8 de fevereiro. A autorização para as escolas particulares e municipais retornarem às aulas no dia 1º de fevereiro foi mantida.

“O governo tomou a decisão de adiar o início das aulas e suspender a obrigatoriedade presencial dos alunos na rede pública de ensino. Devido ao crescimento da pandemia, a secretaria estadual de Educação está suspendendo a obrigatoriedade da presença física dos alunos em sala de aula nas fases laranjas e vermelha do Plano São Paulo”, afirmou Doria.

O secretário da Educação, Rossieli Soares, afirmou que o ano letivo começará de forma híbrida, com aulas tanto em formato presencial quanto à distância. Ele destacou ainda que, apesar de o início das aulas ter sido adiado, as escolas estarão abertas na primeira semana de fevereiro para atender aos alunos e às famílias que desejarem.

“A escola pode e deve abrir. Nós estamos falando aqui de fazer o controle da pandemia. E as escolas não são vetor de aumento da pandemia. E as escolas, as famílias, devem fazer essa reflexão.”

Em dezembro, o governo mudou as regras de flexibilização da quarentena e chegou a autorizar o retorno das aulas presenciais da rede básica de ensino em 2021 mesmo se o estado registrasse piora na pandemia de coronavírus, o que ocorreu.

A medida valia inclusive caso o estado voltasse para fases mais restritivas das flexibilizações econômicas estabelecidas pelo plano estadual.

O secretário da Educação, Rossieli Soares, afirmou que o ano letivo começará de forma híbrida, com aulas tanto em formato presencial quanto à distância. Ele destacou ainda que, apesar de o início das aulas ter sido adiado, as escolas estarão abertas na primeira semana de fevereiro para atender aos alunos e às famílias que desejarem.

“A escola pode e deve abrir. Nós estamos falando aqui de fazer o controle da pandemia. E as escolas não são vetor de aumento da pandemia. E as escolas, as famílias, devem fazer essa reflexão.”

Em dezembro, o governo mudou as regras de flexibilização da quarentena e chegou a autorizar o retorno das aulas presenciais da rede básica de ensino em 2021 mesmo se o estado registrasse piora na pandemia de coronavírus, o que ocorreu.

A medida valia inclusive caso o estado voltasse para fases mais restritivas das flexibilizações econômicas estabelecidas pelo plano estadual.

(Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/22/governo-de-sp-adia-inicio-das-aulas-na-rede-estadual-de-ensino.ghtml>)

Brasileiros acreditam que inflação será de 5,2% nos próximos 12 meses

Os brasileiros acreditam que a inflação acumulada nos próximos 12 meses no país será de 5,2%, de acordo com pesquisa de opinião feita em janeiro deste ano pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A taxa é a mesma observada na pesquisa de dezembro de 2020, mas superior aos 5% do levantamento de janeiro do ano passado.

A pesquisa é feita mensalmente com base em entrevistas com 2.100 consumidores em sete das principais capitais - Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Eles dão respostas para a seguinte pergunta: “na sua opinião, de quanto será a inflação brasileira nos próximos 12 meses?”

Em janeiro, 14,2% dos consumidores projetaram valores abaixo do limite inferior da meta de inflação para 2021 (3,75%), a menor parcela nos últimos seis meses. Por outro lado, a proporção de consumidores estimando acima do limite superior da meta de inflação para 2021 (5,25%) ficou em 39,7%, a maior parcela dos últimos seis meses.

(Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/brasileiros-acreditam-terao-inflacao-de-52-nos-proximos-12-meses>)

Para além de Manaus, pandemia provoca crise do oxigênio em três continentes

Antes que a clínica onde estava internada ficasse sem oxigênio, Maria Auxiliadora da Cruz, moradora de Manaus, no Amazonas, dava sinais encorajadores de progresso contra a covid-19. Em 14 de janeiro, seus níveis de oxigênio estavam acima do nível normal de 95%. Mas, poucas horas depois de ser privada desse recurso vital, sua taxa caiu para 35%.

Nesse ponto, os pacientes normalmente receberiam intubação e oxigenação mecânica. Em vez disso, a enfermeira aposentada de 67 anos morreu.

“Foi horrível. Não desejo essa situação para ninguém. Foi uma cena catastrófica. Muitos pacientes idosos começaram a passar mal e ficaram roxos”, disse sua nora, a psicóloga Thalita Rocha, em entrevista recente à BBC News Brasil.

Em um vídeo emocionante que viralizou nas redes sociais, ela descreveu o que estava acontecendo na Policlínica Redenção, em Manaus.

“Pessoal, peço misericórdia. É uma situação deplorável. Acabou oxigênio em toda a unidade de saúde. Há muita gente morrendo. Quem tiver disponibilidade de oxigênio, por favor traga.”

Segundo Rocha, dez pessoas morreram na enfermaria naquele dia. Ela disse acreditar que, se não fosse a falta de oxigênio, sua sogra teria sobrevivido.

“[Ela] não faleceu de covid-19. Ela morreu de falta de ar”, afirmou.

Em Manaus, o sistema de saúde da cidade entrou em colapso duas vezes durante a pandemia e as mortes dobraram entre dezembro e janeiro, levando o governo local a anunciar planos para abrir 22 mil novos túmulos.

Mas os hospitais e clínicas do Brasil não são de forma alguma os únicos lutando por suprimentos de oxigênio.

No México, onde mais de 152 mil morreram na pandemia, houve relatos de roubos de cilindros de oxigênio de hospitais e clínicas. Em um caso, dois homens foram presos depois que um caminhão carregado com cilindros de oxigênio roubados foi encontrado ao norte da capital, Cidade do México.

No início deste mês, surgiram vídeos denunciando a falta de oxigênio em pelo menos dois hospitais no Egito. Em uma delas, um homem filmou camas cobertas por cobertores no hospital al-Husseiniya, no nordeste da província de Sharqia, e afirmou que “todos na UTI morreram”.

As autoridades egípcias disseram que quatro pacientes morreram por causa de condições crônicas existentes — não por falta de oxigênio — e negaram veementemente que haja problemas de abastecimento.

Mas relatos de incidentes semelhantes em vários países lançaram luz sobre a pressão sobre os governos para fornecer esse tratamento básico que salva vidas.

‘Crise de oxigênio’

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), um em cada cinco pacientes com covid-19 precisará de oxigênio. Em casos graves, a proporção é de três para cinco.

A organização afirma não ter dados específicos por país, mas acrescenta que alguns hospitais viram a demanda por oxigênio aumentar entre cinco e sete vezes os níveis normais devido ao fluxo de pacientes com doenças graves e críticas.

PATH, uma organização sem fins lucrativos global que ajuda vários governos a responder à pandemia, descobriu que a demanda por oxigênio “aumentou drasticamente” em 2020 devido ao influxo de pacientes com hipoxemia — baixos níveis de oxigênio no sangue — devido à covid-19.

“Precisamos pensar sobre o oxigênio tanto quanto pensamos sobre eletricidade, água ou outros serviços essenciais”, diz Lisa Smith, do programa de dinâmica de mercado da PATH.

“Isso não pode ser algo que nos preocupe apenas quando (a situação) está ruim, porque quando estiver ruim, as pessoas morrerão.”

Atualmente, quase 1,5 milhão de cilindros de oxigênio são necessários todos os dias em países de baixa e média renda para lidar com a demanda extra gerada pela pandemia, de acordo com o ‘Rastreador para Necessidades de Oxigênio de Covid-19’.

A ferramenta online ajuda a estimar a escala do desafio para os formuladores de políticas públicas e foi desenvolvida pela iniciativa Coordenação de Resposta de Cuidados Respiratórios Covid-19, que inclui as ONGs PATH e Every Breath Counts, uma parceria público-privada que defende a melhoria do suprimento de oxigênio em países de baixa e média renda.

“Há uma crise de oxigênio na África Subsaariana, Ásia e América Latina”, diz Leith Greenslade, da ONG Every Breath Counts. “Os países não avaliam quanto oxigênio os pacientes de covid-19 precisam: alguns vão precisar de dez, vinte vezes mais oxigênio do que um paciente normal.”

De acordo com o rastreador, o Brasil tem visto um dos maiores aumentos do mundo na demanda por oxigênio desde novembro — exigindo cerca de 340 mil cilindros extras por dia para lidar com os casos de covid-19.

Depois que Manaus atingiu o ponto de crise, doações de oxigênio foram enviadas de outros Estados e através da fronteira com a Venezuela.

Mas Jessem Orellana, pesquisador do Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia), disse à BBC News Brasil que o risco de escassez continua e é agravado pela demanda global.

Em outros países em desenvolvimento, como a Índia, houve um aumento de 68% na demanda por oxigênio entre abril e julho, depois um salto de 84% entre julho e o pico em setembro.

Adamu Isah da ONG Save the Children na Nigéria — onde são necessários 10 mil cilindros extras por dia — descreveu uma “percepção geral de que há escassez de oxigênio em quase todas as partes do país”.

Na África do Sul, o rastreador estima que o país precisa de 100 mil cilindros extras diariamente. O ministro da Saúde do país, Zweli Mkhize, disse que o governo está fazendo o possível “para garantir

que o oxigênio esteja disponível” e ordenou que as fabricantes de oxigênio, cujos principais clientes são normalmente grupos de mineração, priorizem as necessidades médicas.

De onde vem o oxigênio medicinal?

De acordo com a PATH, o oxigênio medicinal é responsável por apenas 5-10% da produção mundial de oxigênio. O restante é utilizado em diversos setores, como mineração, química e farmacêutica.

É produzido em grandes quantidades nas fábricas e entregue aos hospitais de duas formas: a granel em tanques de líquidos ou como gás pressurizado em botijões de menor volume.

O oxigênio líquido é a tecnologia mais barata e a melhor disponível, mas exige que os hospitais tenham a infraestrutura certa para canalizar o oxigênio até o leito do paciente.

Isso é comum em países desenvolvidos, como Estados Unidos e Europa. Os cilindros não requerem tubos e podem ser entregues em clínicas sem uma infraestrutura sofisticada. No entanto, sua distribuição em menor escala significa que são menos econômicos, além de serem pesados para transportar e manusear, o que também acarreta um risco maior de contaminação cruzada.

“Alguns países dependem quase inteiramente do transporte de oxigênio para hospitais usando cilindros em terrenos acidentados e longas distâncias”, diz o professor Mike English, que colidira a Unidade de Serviços de Saúde do KEMRI- Wellcome Trust Research Program em Nairóbi, no Quênia, e o Health Systems Collaborative na Universidade de Oxford, no Reino Unido.

“Este é um grande problema e as quantidades necessárias são quase impossíveis de fornecer.”

Ele diz que a distribuição de oxigênio era um problema na África antes da pandemia.

“Antes da covid-19, havia muitas ocasiões em que, mesmo em hospitais adequados, uma criança doente, um recém-nascido doente ou qualquer pessoa em uma situação de emergência não recebia o oxigênio de que precisava”, explica ele.

“A covid-19 tornou esse problema mais visível porque agora está afetando também os adultos.”

Oxigênio, ‘uma reflexão tardia’

O oxigênio é considerado um medicamento essencial pela OMS desde 2017.

Mas Smith diz que sua provisão tem sido tratada até agora como “uma reflexão tardia” — descrevendo o desafio como “realmente um problema de sistema de saúde” com várias “peças” necessárias para se encaixar para melhorar a situação.

Cada especialista que falou à BBC fez a mesma observação, incluindo a necessidade de equipamentos, treinamento e soluções de longo prazo em suas análises.

Hospitais, por exemplo, poderiam construir suas próprias fábricas de oxigênio para produzir um suprimento regular. Mas elas são caras, precisam de eletricidade confiável e requerem considerável experiência e engenheiros qualificados para manter, o que nem sempre é possível, assinala English.

“Como toda aparente ‘solução fácil’, as fábricas de oxigênio requerem partes muito mais amplas do sistema de saúde para funcionarem”, acrescenta.

No Malauí, existem três dessas fábricas — no Hospital Central Queen Elizabeth de Blantyre, no Hospital Nkhata Bay e no Hospital Central Kamuzu em Lilongwe.

Para construí-los, o país precisava trazer equipamentos e know-how da África do Sul, diz Grycian Mussa, o principal engenheiro médico do hospital.

“Com o lockdown, tivemos uma crise, porque tudo vinha da África do Sul, e a África do Sul estava confinada e o Malauí estava confinado”, lembra.

“Acho que é hora de nós, os países africanos, treinarmos técnicos locais em nossos países e ver como podemos nos sustentar. Caso contrário, estaremos sempre contando com a ajuda dos outros no meio de crises.”

A necessidade de treinamento foi anteriormente destacada na Nigéria pelo “balcão de oxigênio”, que foi criado com a ajuda de ONGs e outras agências para aconselhar sobre o fornecimento e uso de oxigênio, diz Isah.

“Mesmo se trouxermos todos os sistemas de oxigênio do mundo, se não treinarmos as pessoas sobre como detectar níveis baixos de oxigênio no sangue, acabaremos perdendo tempo”, diz ele.

Os oxímetros, que são colocados no dedo para medir os níveis de oxigênio no sangue, são uma maneira acessível de monitorar os pacientes se as pessoas forem treinadas para usá-los.

Mas ainda há a questão da oferta.

“Mesmo estes, que deveriam ser mais fáceis de disponibilizar em grande escala, geralmente não estão disponíveis em países de baixa e média renda na África. Sua disponibilidade é algo que só acabou de acontecer,” diz English.

“Precisamos ver o fornecimento de oxigênio como um desafio de todo o sistema e abordar todos os elementos juntos.”

Outras soluções de curto prazo incluem o uso de concentradores de oxigênio — uma máquina que filtra o ar e o transforma em oxigênio de grau médico.

Cerca de 16 mil foram distribuídos globalmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) durante a pandemia, mas advertiu que “não são suficientes para pacientes com doenças críticas que precisarão de mais fluxos de oxigênio”.

Mesmo antes da pandemia, agências multilaterais como a Unicef, o braço da ONU para a infância e juventude, já distribuíam concentradores de oxigênio e investiam em usinas de oxigênio em hospitais do mundo em desenvolvimento para combater doenças como a pneumonia — a “assassina silenciosa” que mata 100 mil crianças por ano.

Agora existem preocupações, endossadas por organizações como Save the Children e especialistas como o professor English, de que o impacto da covid-19 na provisão de oxigênio possa ter um efeito indireto no tratamento de outras doenças.

Um paciente COVID-19 recebe oxigenoterapia para tratar problemas respiratórios no Centro de Isolamento do Estado de Lagos, em Yaba, Lagos, na Nigéria, em 22 de janeiro de 2021

“O oxigênio é útil em muitos casos, desde o bebê mais novo que precisa de oxigênio até alguém com doença pulmonar crônica avançada em populações idosas”, diz Greenslade.

“A covid-19 nos mostrou o quão essencial é em países onde não há vacina contra a doença, nem medicamentos. Frequentemente, a sobrevivência de pacientes dependerá disso.”

(Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55856813>)

Defesa esclarece custos com alimentação de militares

O Ministério da Defesa divulgou hoje (28/01/2021) uma nota na qual afirma que os dados divulgados sobre os gastos das Forças Armadas com alimentação estão “amplamente equivocados”. Nesta semana, matérias jornalísticas questionaram a legalidade das compras de comida para os militares.

Segundo a pasta, os gastos com gêneros alimentícios no ano passado se mantiveram no mesmo patamar de 2019, mesmo com aumento de 14% na inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) durante o período.

De acordo com o ministério, os valores informados sobre a compra de itens como leite condensado e goma de mascar são inferiores aos divulgados e “absolutamente equivocados”.

O gasto com leite condensado em 2020 foi de R\$ 1.784.617,64 (0,2% do total de gastos com alimentação), e as compras de goma de mascar somaram R\$104.928,41 (0,01%) no mesmo período.

“Em suma, os valores gastos com alimentação pelas Forças Armadas, em 2020, estão compatíveis com as atividades desempenhadas e com os realizados nos anos anteriores, tendo inclusive representado economia em relação à 2019”, afirmou a pasta.

Ontem (27), o Ministério da Defesa também esclareceu que os militares não recebem nenhum valor referente ao pagamento de auxílio alimentação, sendo obrigatória por lei a disponibilização de alimentação aos que estão em atividade.

Sobre a compra de itens como leite condensado, o ministério explicou que o produto pode ser usado para substituir o leite comum, devido ao seu alto potencial energético e melhor conservação em altas temperaturas.

No caso da compra de gomas de mascar, o ministério afirmou que o produto é usado na higiene bucal quando ocorre a impossibilidade de escovação e para aliviar os efeitos da pressão durante a atividade aérea.

Em todo o país, o efetivo é de 370 mil militares, que estão alocados em 1,6 mil organizações militares.

(Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-01/defesa-esclarece-custos-com-alimentacao-de-militares>)

Vacina do Butantan é pop: MC Fioti lança clipe gravado no instituto

O cantor MC Fioti lançou neste sábado às 12h um clipe homenagem à vacina contra a covid-19 do Instituto Butantan. O vídeo, batizado de “Remix Vacina Butantan”, tem cenas gravadas no próprio instituto, que fica em São Paulo, e conta com a participação de funcionários da instituição.

O clipe é uma releitura do hit “Bum Bum Tam Tam”, lançado em 2017. O vídeo começa com MC Fioti fazendo pedidos ao gênio da lâmpada, assim como no clipe original. Mas agora o pedido do cantor é “a cura do coronavírus e paz, amor e saúde para a humanidade”.

Na cena seguinte, MC Fioti está no Instituto Butantan. A letra da música também foi adaptada para divulgar a vacina. “É a vacina envolvente que mexe com mente”, diz a nova letra.

O clipe original chegou a 1 bilhão de visualizações no YouTube recentemente. A música voltou à tona após a divulgação da eficácia da vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan contra a covid-19, e passou a ser uma espécie de hino informal da vacina. A música foi alvo de memes e postagens nas redes sociais e chegou a ser gravada pela Orquestra Sinfônica da Bahia em comemoração à vacina.

(Fonte: <https://exame.com/casual/vacina-do-butantan-e-pop-mc-fiotti-lanca-clipe-gravado-no-instituto-veja/>)

MUNDO

Brexit: 3 coisas que mudaram na vida de britânicos e europeus após Reino Unido completar saída da EU

O Reino Unido deixou a União Europeia (UE) em 31 de janeiro de 2020, mas as principais mudanças na vida dos cidadãos comuns europeus e britânicos só serão notadas agora em 2021.

Neste 1º de janeiro, se encerra o chamado “período de transição”, em que Londres e Bruxelas mantiveram a maior parte das leis do bloco, enquanto negociavam como seria seu novo relacionamento.

No último dia 24 de dezembro, após vários meses de intensas negociações e quatro anos de turbulência política causada pelo referendo do Brexit, ambas as partes selaram o acordo que definirá suas futuras relações por décadas.

Embora isso tenha evitado o chamado “Brexit duro” — uma saída sem acordo do bloco —, europeus e britânicos não contam mais a partir de agora com as mesmas liberdades de antes.

O Brexit prevê, entre outras mudanças, o fim da livre circulação de pessoas, a imposição de controles aduaneiros e a limitação de serviços que antes fluíam de um lado para o outro sem grandes restrições.

As novas regras estão em um documento de mais de mil páginas que também aborda outros pontos, como cooperação climática, segurança e transporte.

Não está descartado, no entanto, que no futuro sejam restabelecidas algumas facilidades perdidas com o Brexit.

A BBC News Mundo, serviço em espanhol da BBC, resume algumas das principais mudanças para o cidadão comum a partir deste 1º de janeiro.

1. Estadias limitadas

Durante anos, britânicos e europeus viajaram de um lado para o outro do Canal da Mancha e puderam escolher livremente onde viver e trabalhar.

Essa vantagem chegou ao fim — agora será necessário um visto para estadias longas e motivo de trabalho.

Para viagens de turismo, no entanto, britânicos e europeus seguem sem precisar de visto e vão poder usar sua carteira de motorista para dirigir em cada país.

No caso dos britânicos, eles só podem permanecer em território da União Europeia por no máximo 90 dias em um período de 180 dias consecutivos. Para visitas à Bulgária, Croácia, Chipre e Romênia, outras regras se aplicam — é possível fazer uma viagem de 90 dias para qualquer um deles e ainda assim não usar a cota de 90 dias para outros países da União Europeia.

Os britânicos também precisarão garantir que seus passaportes tenham pelo menos seis meses de validade (e que a data de emissão não tenha mais de 10 anos) e podem se ver obrigados a declarar às autoridades europeias questões como o motivo da viagem e a apresentar a passagem de volta do bloco.

É muito provável que mais adiante, antes de viajar, os britânicos tenham que se registrar no Sistema Europeu de Informações e Autorização de Viagem (Etias, na sigla em inglês), uma autorização processada eletronicamente para viajantes isentos de visto.

Além disso, ao passar pelos controles de imigração, a princípio já não poderão mais usar a fila rápida reservada aos cidadãos da União Europeia e do Espaço Econômico Europeu (Islândia, Liechtenstein e Noruega) e Suíça, o que pode aumentar a espera nas fronteiras e nos aeroportos.

Os europeus, por outro lado, podem permanecer até seis meses no Reino Unido.

Se a viagem for para fazer um tratamento médico particular, a permissão pode ser prorrogada. O mesmo se aplica a acadêmicos que atendem a certos requisitos. Nesses casos, a estadia pode ser ampliada para até 11 e 12 meses, respectivamente.

Além disso, não poderão mais entrar no Reino Unido com sua carteira de identidade a partir de outubro de 2021, a menos que tenham formalizado seu status de residente — neste caso, não haverá alterações até 2025. Os demais terão que apresentar seu passaporte.

Por outro lado, europeus e britânicos seguem contando com assistência médica de emergência durante viagens de turismo tanto no Reino Unido quanto na União Europeia.

Atualmente, essa assistência médica é facilitada por meio de um cartão de saúde comum, que tanto europeus quanto britânicos possuem. O Reino Unido planeja emitir um novo cartão para seus cidadãos, mas, a princípio, terá uma cobertura muito semelhante à do seu homólogo europeu.

No entanto, o governo britânico aconselha a compra de um seguro de viagem com cobertura de saúde antes de sair de férias, mesmo para a União Europeia.

Além disso, também serão impostos limites aos itens que cada cidadão pode levar consigo de um lugar para o outro — e os “passaportes europeus” para animais de estimação não serão mais válidos no Reino Unido.

2. Vistos especiais para trabalho

Os europeus que desejam trabalhar no Reino Unido terão que se inscrever online para obter um visto — e serão solicitados a apresentar uma oferta de trabalho, nível de inglês suficiente e um salário de pelo menos 25.600 libras por ano, entre outros requisitos que compõem um sistema baseado em pontos.

E os cidadãos britânicos que querem viver e trabalhar em um país do bloco europeu deverão atender aos requisitos do sistema de imigração de onde pretendem se estabelecer.

Além disso, algumas profissões não serão mais homologadas automaticamente como antes, por exemplo, arquitetura, medicina ou enfermagem.

No entanto, os cidadãos que já viviam no Reino Unido e na União Europeia antes do fim de 2020 têm os seus direitos garantidos e necessitam apenas formalizar seu status de residente.

As novas regras não se aplicam ao caso da Irlanda, que em termos de viagens e migração possui uma série de acordos com o Reino Unido anteriores à entrada de ambos na União Europeia, a chamada Área Comum de Viagem (CTA, na sigla em inglês).

Principais consequências do Brexit, em quatro pontos:

- Fim da livre circulação: será possível continuar viajando sem visto, mas apenas para estadias curtas.

- Vistos para trabalho: o Reino Unido implementará um novo sistema baseado em pontos, e a União Europeia aplicará as regras para países fora do bloco.

- Saída do mercado comum: não haverá tarifas adicionais entre exportações e importações, mas serão impostos controles de segurança na alfândega que podem atrasar a troca fluida de mercadorias.

- Exceções: as considerações acima não se aplicam à Irlanda do Norte ou a europeus e britânicos com residência oficial e regularizada no Reino Unido e na União Europeia.

Fim do programa Erasmus

O novo acordo de livre comércio entre Londres e Bruxelas não impediu o colapso do programa Erasmus para estudantes universitários.

O Reino Unido deixará de participar deste programa de intercâmbio, que incentiva estudantes universitários europeus a estudar durante um semestre ou um ano fora dos seus países de origem em outro Estado-membro do bloco.

O primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, anunciou que entrará em vigor uma outra alternativa para estudantes britânicos, mas ainda não foram revelados detalhes suficientes.

Os estudantes da Irlanda do Norte vão continuar, no entanto, participando do programa como parte de um acordo com o governo da República da Irlanda.

3. Bens e serviços

Neste aspecto, ter chegado a um acordo salvou muita gente de um aumento considerável nos preços de vários produtos que o Reino Unido importa da União Europeia e vice-versa.

O fato é que ambas as partes concordaram em não impor tarifas ou custos adicionais ao fluxo de mercadorias, o que, a princípio, beneficia tanto exportadores e importadores de ambos os lados do Canal da Mancha.

Porém, serão necessários novos controles de fronteira e trâmites burocráticos que antes não existiam, o que pode levar a atrasos e interrupções nas cadeias de abastecimento.

Esses controles, no entanto, não serão impostos na Irlanda do Norte. Isso porque o país compartilha de fronteira terrestre com a República da Irlanda, membro da União Europeia, e permanecerá efetivamente dentro do mercado comum europeu.

Por outro lado, os prestadores de serviço britânicos terão que se adaptar às regras de cada Estado-membro do bloco ou se transferir para a União Europeia se quiserem continuar operando como hoje.

Outro aspecto que europeus e britânicos devem ficar atentos é em relação à possível mudança nas tarifas de roaming para celular.

Antes, um britânico ou europeu podia usufruir da mesma tarifa contratada no seu país de origem em qualquer Estado-membro da União Europeia.

O Reino Unido e o bloco europeu disseram que vão cooperar em “tarifas justas e transparentes para roaming internacional”, mas nada impede que viajantes britânicos e europeus sejam cobrados por usar seus telefones em um território ou no outro.

Seja como for, as empresas prestadoras do serviço ficarão encarregadas de manter as mesmas condições ou então fixar novas tarifas.

(Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55500781>)

Apoiadores de Trump invadem Congresso dos EUA

Um grupo de apoiadores do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, invadiu nesta quarta-feira (06/01/2021) o Capitólio, sede do Congresso americano em Washington, durante a contagem oficial dos votos do Colégio Eleitoral definidos nas eleições presidenciais de novembro, que deram vitória a Joe Biden.

Parlamentares e jornalistas que estavam no Capitólio relataram tiros dentro do prédio do Congresso. Segundo relatos da imprensa americana, uma mulher foi baleada e acabou morrendo algum tempo depois.

A sessão foi suspensa, mas a presidente da Câmara, a democrata Nancy Pelosi, disse que seria retomada ainda esta noite. “Decidimos que devemos prosseguir esta noite no Capitólio assim que estiver liberado para uso. O líder Hoyer enviará mais orientações mais tarde hoje,” disse.

Militares da Guarda Nacional foram acionados para reforçar a segurança do Capitólio. De acordo com o Pentágono, serão cerca de 1,1 mil soldados enviados a Washington. De acordo com a imprensa americana, 13 pessoas foram presas.

Momentos antes da invasão ao Congresso, Trump disse que marcharia junto com os apoiadores ao Congresso. “Eu estarei com vocês. Vamos andar até o Capitólio e felicitar nossos bravos senadores e congressistas”, disse no discurso em que rejeitou, mais uma vez, reconhecer o resultado da eleição. Ele, porém, não foi visto na marcha.

O vice-presidente Mike Pence, que presidia a sessão no Congresso, pediu que os invasores deixassem o Capitólio “imediatamente” e disse que os envolvidos sofrerão consequências legais.

“Protestos pacíficos estão no direito de todo americano, mas este ataque ao nosso Capitólio não vai ser tolerado”, afirmou.

Só depois, Trump pediu que os extremistas deixassem o capitólio, em mensagem publicada nas redes sociais.

“Vocês têm que ir para casa. Precisamos ter paz, precisamos ter lei e ordem e precisamos respeitar nosso grande pessoal de lei e ordem. Não queremos ninguém ferido”, afirmou.

Após, mais uma vez, o republicano publicar declarações infundadas de que as eleições foram alvo de fraude, o Twitter removeu as postagens e anunciou o bloqueio da conta de Trump por 12 horas.

Veja abaixo um RESUMO da invasão do Congresso dos EUA

- Apoiadores de Trump invadiram o Capitólio para interromper a sessão de contagem de votos do Colégio Eleitoral

- Invasão aconteceu durante debate sobre objeção aos resultados do Arizona, onde Biden venceu

- Senadores e deputados foram retirados do local da sessão e levados a uma área segura do prédio

- O vice-presidente Mike Pence, que presidia a sessão, foi retirado do Capitólio

- Houve vandalismo, uma porta de vidro foi quebrada e gás lacrimogêneo foi disparado pela polícia do Capitólio; guardas foram feridos

- Em redes sociais, Donald Trump pediu protestos pacíficos e confiança nas forças policiais

- A prefeita de Washington, Muriel Bowser, declarou toque de recolher na cidade a partir das 18h, por um período de 12 horas

A invasão ao Congresso

A invasão ocorreu enquanto Câmara e Senado debatiam se acatavam ou não uma objeção aos resultados do Arizona — tradicional reduto republicano vencido por Joe Biden na eleição de novembro. Momentos antes, Trump discursou em Washington e afirmou que não aceitaria o resultado eleitoral.

Segundo a imprensa americana, por segurança, senadores e deputados foram colocados em locais seguros dentro do prédio do Capitólio. A emissora NBC diz que o vice-presidente Mike Pence — responsável por presidir a sessão conjunta do Congresso para a contagem dos votos — foi retirado do edifício.

Em mensagem nas redes sociais, Trump pediu que os apoiadores protestassem “pacificamente” e que confiassem nas forças de segurança americanas. Entretanto, momentos antes, houve vandalismo e confrontos durante a tentativa de invasão, quando os extremistas pró-Trump conseguiram ultrapassar as barreiras de segurança e entrar no Capitólio.

Por causa dos confrontos, a prefeita de Washington, Muriel Bowser, declarou toque de recolher na cidade a partir das 18h (locais, 20h de Brasília). A medida ficará em vigor por 12 horas. A prefeitura também fechou os centros de testagem para a Covid-19 até amanhã.

“Vocês viram imagens de comportamento fora da lei dentro do Congresso dos EUA. Eu peço calma, mas peço que todos fiquem em casa”, disse. “Esse comportamento não mais será tolerado; haverá lei e haverá ordem”, prometeu a prefeita.

Sessão para confirmar resultado de eleições

A sessão conjunta no Congresso dos EUA desta quarta-feira deverá certificar a vitória de Joe Biden como novo presidente dos Estados Unidos. Trata-se, costumeiramente, de uma formalidade em que os votos do Colégio Eleitoral são apenas contados pelo vice-presidente aos parlamentares das duas casas. Biden venceu Trump no Colégio Eleitoral por 306 votos contra 232.

Na sessão, é permitido que parlamentares apresentem contestações — ou seja, questionamentos — sobre os resultados nos estados. Se ao menos um parlamentar da casa legislativa diferente do congressista que apresentou o protesto concordar com o pedido, a contagem é interrompida.

Aí, Câmara e Senado debatem se acatam ou não. Para que a objeção seja aprovada, as duas casas devem aprovar o pedido — o que não acontecerá, já que os democratas são maioria na Câmara e Trump não teve apoio mesmo de parlamentares republicanos no Senado, onde liderava.

Líderes republicanos rejeitam pressão de Trump

Dois aliados do presidente Donald Trump, o vice-presidente Mike Pence e o líder da maioria republicana no Senado, Mitch McConnell, rejeitaram nesta quarta-feira (6) mudar o resultado das eleições presidenciais dos Estados Unidos vencidas pelo democrata Joe Biden.

Após políticos trumpistas apresentarem uma objeção aos resultados do Arizona — tradicional reduto republicano vencido por Biden em novembro —, o senador McConnell fez duro discurso aos colegas de partido.

“Nós [parlamentares] não podemos simplesmente nos declarar um júri eleitoral com esteroides. Os eleitores, os tribunais e os estados todos falaram. Todos falaram. Se passarmos por cima, vamos danificar nossa República para sempre”, afirmou McConnell, que foi um dos principais escudeiros do governo Trump no Congresso.

“A eleição não foi nem apertada, na verdade”, completou o líder republicano. Pelo Colégio Eleitoral, Biden venceu Trump por 306 votos a 232.

Além disso, Pence afirmou que não tem poder para fazer isso e admitiu que tem papel apenas “cerimonial” na sessão.

“Meu juramento em defender e apoiar a Constituição me impede de proclamar uma autoridade unilateral para determinar quais votos devem ser contados e quais não devem ser”, admitiu Pence.

Entretanto, num aceno à base trumpista, o vice-presidente disse que houve “significantes alegações de irregularidades” e que elas seriam analisadas pelos congressistas. Pence afirmou que acataria a decisão dos parlamentares em votar as objeções, dentro do papel que ele mesmo chamou de “cerimonial”.

Após a declaração, Trump criticou o vice-presidente. “Mike Pence não teve coragem de fazer o que era necessário para proteger nosso país e nossa constituição, dando aos estados uma chance de certificar um conjunto corrigido dos fatos, não os fraudulentos e imprecisos que foram certificados anteriormente”, escreveram.

(Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/06/manifestantes-pro-trump-invadem-congresso-americano.ghtml>)

Julgamento de bilionário que contratou Moro abre janela inédita para a pilhagem da África no século 21

Uma montanha de minérios, o ditador doente da República da Guiné e suas quatro esposas, supostas propinas, contas secretas na Suíça, um bilionário do ramo de diamantes, a gigante brasileira Vale, o ex-juiz e ex-ministro de Jair Bolsonaro Sergio Moro e uma pobreza profunda. Numa sala do Tribunal de Genebra, situado no coração do bairro medieval da cidade suíça, todos esses elementos se cruzaram no julgamento do magnata Benjamin Steinmetz, que se revelou um mergulho na dimensão da pilhagem das riquezas naturais do continente mais pobres do mundo. O caso foi julgado nesta sexta, 22 e o bilionário israelense, de 64 anos, repleto de controvérsias e herdeiro de uma família de negociadores de diamantes, foi condenado por “corrupção de funcionários públicos estrangeiros”, num dos raros julgamentos de um cidadão de fora da Suíça, tido como o caso mais emblemático do setor de mineração em décadas.

O esquema teria organizado a transferência de pelo menos 8,5 milhões de dólares de 2006 a 2012 para garantir o direito de explorar a mina de ferro Simandou, na República da Guiné.

Oficialmente, Steinmetz, conhecido com Beny, pagou 165 milhões de dólares ao Governo local pela concessão do que seria uma espécie de “Carajás Africana”. Mas, 18 meses depois, sua empresa causou indignação de membros do Governo do país africano ao fechar um acordo privado de parceria com a brasileira Vale, no valor de 2,5 bilhões de dólares, para explorar exatamente a mesma área.

Com o negócio, era como se tivesse ganhado na loteria. Quase sozinho. De acordo com a promotória pública de Genebra, o executivo se envolveu em um “pacto de corrupção” com o ex-presidente da Guiné, Lansana Conté, que esteve no poder de 1984 a 2008, e sua quarta esposa, Mamadie Touré, em parte através de contas bancárias suíças e empresas de fachada.

Nesta sexta, a Justiça suíça condenou Beny a cinco anos de prisão e determinou uma multa de 50 milhões de francos suíços, o equivalente a 308 milhões de reais, por corrupção dos servidores públicos e também por falsificação de documentos. O bilionário avisou que vai recorrer da sentença. Mas sua história rocambolesca mostrou um bastidor do mundo da mineração pouco conhecido pelos reles mortais.

A meta do suborno praticado por Beny era a de retirar a mina das mãos do conglomerado anglo-australiano Rio Tinto, uma concorrente mundial da Vale, e garantir que a Beny Steinmetz Group Resources (BSGR) ficasse com uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo. A acusação aponta que, em 2008, a BSGR se aproveitou das últimas horas de vida do ditador Conté para obter a concessão dos blocos 1 e 2 da jazida de minério de ferro. No julgamento iniciado no começo deste mês, enquanto pela janela da sala do tribunal via-se a neve cair, a declaração de Steinmetz e o próprio julgamento ofereciam frestas a um mundo subterrâneo pouco acessível. No fundo, uma visão de uma tragédia geológica e sociológica.

Simandou possui mais de 2 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto grau. Para especialistas, a descoberta teria a possibilidade de mudar o destino de uma nação. De fato, a pequena Guiné já era o local da maior reserva provada de bauxita, além de minas de ouro, diamante e urânio, sem contar o petróleo em suas costas. Ainda assim, a Guiné continua sendo um dos países mais pobres do mundo: 70% de sua população vive em favelas, apenas uma minoria da população tem acesso aos serviços de saneamento e metade sequer tem água potável.

A história revelada na corte mostra que a montanha de ferro está permeada por uma sucessão de acusações e pagamentos suspeitos, golpes e traições. E que, enquanto enriqueceu alguns, deixou milhões na miséria absoluta.

Traições, Moro e disputa com a Vale

Com perfil de Indiana Jones de terno, grisalho, olhos azuis profundos, um certo bronzeado, apesar do frio de oito graus negativos, Benjamin Steinmetz era apresentado por seus advogados como uma espécie de salvador da África. Ele admitiu que o ganho para sua empresa foi grande com o acordo com a Vale pela mina de Simandou. “Mas o maior ganho é para o país, pois existem impostos, royalties. Muda tudo”, disse. “Era um sonho para a Guiné”, disse.

Não à toa a Vale, que agora trava guerra judicial com o bilionário, foi outro nome que ecoou nas audiências em Genebra. Diante das revelações de corrupção nos últimos anos contra Beny, a gigante brasileira entrou com um processo no Tribunal de Arbitragem Internacional, em Londres, contra seu ex-parceiro israelense. A mineradora venceu o processo em 2019 e Steinmetz foi obrigado a pagar 2,2 bilhões de dólares em indenização. O tribunal londrino apontou que o empresário omitiu informações da Vale ao ingressar na sociedade, entre elas o pagamento de propinas na Guiné.

No início da semana, ao ser questionado pela promotória de Genebra em plena audiência sobre sua derrota diante do caso apresentado pela Vale, Steinmetz fez questão de dizer que sua batalha não havia terminado contra os brasileiros. “Existem novas coisas que vão sair e mostrar que a Vale mentiu durante o processo [em Londres]”, disse. Ele avisou que vai recorrer da sentença desta sexta.

De fato, Beny não desistiu da batalha. Ele contratou, no ano passado, os serviços do ex-juiz e ex-ministro Sergio Moro para ter mais munição contra a gigante brasileira. Em um parecer, Moro argumentou que a Vale não teria o direito de receber o dinheiro solicitado pelo tribunal londrino. Segundo o ex-juiz, se confirmada a apuração, “os executivos da Vale S/A teriam, em tese, prestado afirmações falsas e ocultado fraudulentamente do mercado e de seus acionistas as reais condições do negócio celebrado com a BSGR acerca dos direitos de exploração sobre Simandou e sobre os motivos da rescisão posterior”. Procurada, a empresa brasileira repetiu: “A Vale reitera que recebeu das cortes arbitral e judicial em Londres e nos Estados Unidos a permissão para prosseguir com a execução da sentença arbitral de 2 bilhões de dólares contra a BSGR”, declarou.

Durante o julgamento, o empresário foi questionado se, em 2008, já sabia que iria obter a concessão da montanha de ferro para revendê-la à Vale. Ele garantiu que não, e explicou que, antes da Vale, investidores chineses chegaram a ser contactados. Steinmetz também insistiu que, ao adquirir a concessão, não sabia com exatidão a dimensão do que existia na região. Steinmetz explicou que, inicialmente, a empresa brasileira queria ficar com 100% de seu projeto, o que foi recusado. Sua meta era de manter pelo menos 51% das ações na parceria. “Mas a Vale exigiu 51% para ela”, disse. “Ninguém sabia quanto valia.”

A juíza do caso, Alexandra Banna, também questionou sobre o motivo pelo qual um Governo de um país pobre aceitaria vender a concessão por 165 milhões de dólares em um projeto que, logo depois, valeria 2,5 bilhões. “É assim no mundo”, respondeu o empresário. Ele ainda explicou que é “comum” que empresas menores façam um trabalho de risco e, depois, para a exploração total, busquem parceiros. “É muito comum. Quase todos são assim”, disse.

A história dos “Carajás Africana” é intrincada e cheia de idas e vindas. Em 2008, já doente e em seus últimos dias de vida, o ditador Conté retirou parte da concessão da área, então nas mãos da Rio Tinto, alegando que a empresa havia desrespeitado prazos de desenvolvimento. O direito iria para BSGR, de Steinmetz, no dia 9 de dezembro de 2008.

Menos de 15 dias depois, Conté morreu e militares tomaram o poder. A turbulência continuaria e, no ano seguinte, o chefe do novo Governo seria obrigado a fugir depois de uma tentativa de assassinato. Nada disso muda os planos estrangeiros de exploração. Dois anos depois, a Vale compra de Steinmetz 51% da BSGR, uma transação de 2,5 bilhões de dólares, com pagamento antecipado de 500 milhões de dólares ao israelense. A Vale teria gasto outros 700 milhões de dólares para preparar a mina para exploração.

Naquele mesmo ano, a Rio Tinto fecharia um acordo com a estatal chinesa Chinalco por mais de um bilhão de dólares para explorar o restante da região que permaneceu sob seu controle. Meses depois, a empresa pagaria 700 milhões de dólares ao Governo local para encerrar problemas jamais esclarecidos.

O que parecia ser o início de uma nova era para um dos países mais pobres do mundo logo chegaria ao fim. Em 2012, a Vale anunciou que estava desistindo da exploração, alegando o desabamento dos preços internacionais de minérios em um momento de profunda crise econômica internacional. Mas o maior golpe viria em 2014, quando o novo Governo da Guiné revelou, após uma auditoria, que a troca do controle sobre a montanha de ferro havia sido obtida por meio de um esquema de corrupção.

“Eu posso te dar muito dinheiro”

Agora, sete anos depois, em uma corte longe do país africano, os detalhes sobre essa acusação são apresentados. Depoimentos de Mamadie Touré, esposa do ditador, indicaram que Steinmetz ofereceu dinheiro ao presidente. “Eu posso te dar muito dinheiro”, teria dito o empresário ao ditador.

Doente e fraco, porém, o presidente respondeu ao empresário de uma forma inesperada. “Eu não preciso de dinheiro. Olhe a sua volta”, afirmou, numa referência ao luxo no qual vivia. Conté tomou o poder em 1984 depois de um golpe militar e da morte de Sékou Touré, um outro ditador que havia transformado a ex-colônia francesa em um campo de reeducação stalinista. Touré ficaria conhecido por, em 1958, ter alertado Charles De Gaulle que preferiria viver na pobreza, mas sob liberdade.

Ao longo de décadas, Conté acumulou uma fortuna incompatível com a pobreza de seus cidadãos. Sua aparente recusa pelo suborno do magnata, porém, não significa que ele não aceitaria o dinheiro. O presidente teria indicado que daria a concessão para a BSGR com a condição de que o empresário prestasse ajuda para sua última mulher. “Eu farei por ela. Não por você”, teria dito o ditador ao empresário.

Ainda segundo a promotoria, ministros que foram contrários à manobra do Governo para transferir a concessão da Rio Tinto para Steinmetz acabaram sendo demitidos. Naquele momento, ficava evidente que Conté não tinha um controle sobre o país e nem sobre a gestão de suas concessões. Parte da influência sobre as decisões políticas passava, segundo a acusação, pelas esposas. Cada uma delas, porém, tinha sua função no Governo. O que nenhum dos atores envolvidos no processo imaginaria é que seria justamente a subornada que ameaçaria se transformar em um risco.

De acordo com a promotoria de Genebra, ao saber do acordo entre o empresário e a Vale pelo valor de 2,5 bilhões de dólares, a quarta esposa de Conté se rebelou. Ela havia recebido inicialmente apenas 4 milhões de dólares em propinas. Mas quando Steinmetz vendeu a concessão para os brasileiros, ela “entendeu que foi enganada” e que mina valia muito mais.

A já então viúva do ditador chegou a ensaiar levar o caso à Justiça. Mas a promotoria afirma que, para que desistisse, houve um acordo para que Touré recebesse mais dinheiro. Ela acabou ganhando o dobro.

Durante o julgamento em Genebra, o empresário negou as acusações de corrupção, alegou que Touré “mentia”, colocou questões sobre a veracidade de documentos e disse desconhecer todas as provas de e-mails apresentadas diante da corte. Frédéric Cilins, um dos intermediários Steinmetz e também acusado de corrupção, disse ao tribunal que a esposa do ditador cometia sacrifícios de animais e que apelava às “forças espirituais”. Segundo ele, num encontro que manteve com a mulher, ele foi levado até uma casa modesta por onde galinhas perambulavam pelo jardim.

Um dos reais obstáculos foi o fato de que nenhuma das dez testemunhas chamadas para o processo compareceram ao tribunal. Ao ser questionado pela juíza Alexandra Banna, Steinmetz admitiu: na África, é “recorrente” a “chantagem e a extorsão”. Segundo a acusação, as informações de centenas de páginas de documentos revelam um esquema altamente sofisticado. Em sua intervenção, o promotor Yves Bertossa foi claro sobre o que ele considerada como uma abundância de provas na forma de e-mails e transferências bancárias: “Temos tudo”. “Mas é a corrupção mágica. Ninguém pagou”, ironizou.

Entre os indícios, o promotor apontou como Touré esteve no jantar para marcar o acordo, cercada pela guarda presidencial. Além disso, a mulher teria um passaporte diplomático. “Porque ela teria isso se ela fosse criadora de galinhas?”, questionou o promotor. Num dos documentos, os envolvidos no negócio ainda falam

sobre a necessidade de garantir que o “açúcar” chegasse à “Lady”. Para a promotoria, essa seria mais uma referência ao suborno para Touré.

Outro fator que pesa a favor da acusação é a prisão de Cilins nos EUA. A detenção num aeroporto da Flórida ocorreu depois que o executivo foi grampeado oferecendo dinheiro para Mamadie Touré para que ela destruísse qualquer documento que pudesse significar uma prova dos subornos. Se não bastasse, a própria esposa de Conté, para evitar um período longo de prisão nos EUA, optou por fechar um acordo e colaborar com as investigações e passou a gravar suas conversas com aqueles que tinham feito os depósitos a ela.

A mesma realidade da Europa há cem anos

De uma maneira irônica e trágica, porém, tanto a promotoria como o acusado têm a mesma opinião sobre o resultado do escândalo: hoje, é a população local da Guiné que continua em uma pobreza extrema. A montanha de ferro continua sem ser explorada e o futuro ficou uma vez mais adiado para a população local.

Para Beny, o que existiu com a morte do ditador Conté foi uma perseguição política contra ele. “Não queriam nossa empresa lá”, afirmou o israelense. “Eles vão ficar pobres, como estão agora. É uma tragédia o que ocorreu. Se a mina tivesse sido explorada, iria gerar quatro vezes o PIB do país. Dez anos depois, não há nada. O projeto parou por corrupção. Não minha. Mas de outras pessoas”, disse, sem dar explicações.

O promotor Bertossa, porém, insistiu que o que Beny fez foi desprezar as instituições de um país pobre. “Em 2005, quando a mina estava sob o controle da Rio Tinto, a população não recebeu nada. Em 2010, com BSGR, ela continua sem nada”, apontou. Mas o benefício ficou com a esposa do ditador e a empresa, que revendeu a concessão por 2,5 bilhões de dólares. “Eles foram os únicos a ficar com milhões. Isso não se faz”, disse. “Estamos em um dos países mais pobres do mundo, com um presidente doente, um país que sofre greves. Um país vulnerável e é nessa situação que a concessão é dada”, completa o promotor.

Seja qual for o destino de Beny, da esposa do ditador ou dos demais intermediários, a história revela como mais de uma década de combate à pobreza foi simplesmente desperdiçada, aprofundando o desespero de uma geração da Guiné. Sozinha, a montanha de ferro teria financiado o equivalente a 40 anos do Orçamento do país no setor da saúde. Isso num país onde a expectativa de vida é de apenas 57 anos. A mesma realidade da Europa há cem anos.

(Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-22/julgamento-de-bilionario-que-contratou-moro-abre-janela-inedita-para-a-pilhagem-da-africa-no-seculo-21.html>)

Projeto ambicioso de Biden para legalizar imigrantes testará força de trumpistas no Congresso

Novo governo, velhos dilemas. O presidente Joe Biden tenta desfazer um deles -- o da imigração -- apresentando um plano para, de imediato, desmantelar o legado de Donald Trump. Num de seus primeiros atos, interrompeu a construção de um muro na fronteira com o México, revogou a proibição da entrada a cidadãos de países muçulmano e fortaleceu o programa que impede a deportação de filhos de imigrantes ilegais, os chamados dreamers.

O plano de imigração de Biden, no entanto, é bem mais ambicioso do que simplesmente desfazer sandices de seu antecessor. Propõe abrir um caminho de oito anos para a legalização de 11 milhões de imigrantes sem documentos que residem nos EUA, elevar a concessão de green cards a trabalhadores qualificados e expandir a admissão de refugiados e requerentes de asilos. Prevê ainda facilitar a imigração calcada na família, radicalmente minada no governo anterior, e aumentar as cotas de visto por país.

Os antecessores George W. Bush e Barack Obama também passaram nesse terreno minado e fracassaram na tentativa de reformar as leis de imigração. Biden basicamente retoma o plano do presidente democrata -- de quem foi vice nos dois mandatos --, que acabou esbarrando na Câmara dos Representantes, de maioria republicana.

Embora incensado por ativistas, o projeto de Biden encontrou resistência imediata entre os republicanos. Na atual composição 50-50 do Senado, ele precisa do apoio de pelo menos 10 congressistas do partido adversário para vencer a obstrução.

A força do trumpismo, com seus 74 milhões de votos, será testada numa bancada que aparentemente parece estar dividida. Um alinhamento de “rebeldes” com a proposta do novo governo certamente desataria a ira da base anti-imigrante acalentada pelo ex-presidente.

E a legalização ressoa, como definiu o senador republicano Marco Rubio, da Flórida, como uma anistia geral aos imigrantes, renovando os temores de que a medida poderia atrair mais estrangeiros ao país, acirrando também a competição por empregos.

Pelo menos 5 milhões dos 11 milhões de indocumentados são trabalhadores essenciais na pandemia do novo coronavírus, estima a organização de defesa de imigrantes FWD.us. Poderiam, na avaliação de um grupo de congressistas democratas, ter o green card agilizado por meio de um projeto de lei independente.

“Eles ajudaram a salvar vidas americanas durante uma pandemia mortal, sob constante ameaça de deportação. Merecem mais do que um elogio, merecem proteção”, defende um comunicado do grupo FWD.us

Se Trump fez do combate à imigração um dos pilares de sua presidência, Biden está mandando um sinal oposto, conforme analisa Muzaffar Chishti, da ONG Migration Policy Institute à emissora de rádio NPR: o de que os que entraram nos EUA, mesmo que ilegalmente, devem ser vistos como um valor e um ativo e não como ameaça econômica ou à segurança nacional.

Mais do que alçar a imigração como prioridade de seu governo, o projeto de Biden tenta recuperar o papel dos EUA como modelo humanitário e deixar no passado a imagem cruel de crianças separadas de seus pais e encarceradas na fronteira.

(Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2021/01/24/projeto-ambicioso-de-biden-para-legalizar-imigrantes-testara-forca-de-trumpistas-no-congresso.ghtml>)

O que deve acontecer com Trump e o trumpismo?

Donald Trump embarcou no avião presidencial Air Force One pela última vez na quarta-feira (20). Enquanto a música My Way, de Frank Sinatra, ecoava pelos alto-falantes da Base Conjunta de Andrews, vizinha a Washington, o então futuro ex-presidente decolava para sua nova casa na Flórida.

Embora ele tivesse acabado de prometer a um pequeno grupo de apoiadores que voltaria “de alguma forma”, o futuro de Trump - e do movimento político que ele construiu para sua vitória em 2016 - é nebuloso.

Apenas dois meses atrás, ele parecia prestes a se consolidar como uma força poderosa na política americana, mesmo depois de sua derrota em novembro. Ele ainda era amado pelos republicanos, temido e respeitado pelos políticos do partido e visto de forma positiva por quase metade dos americanos, de acordo com pesquisas de opinião pública.

Mas, na sequência, Trump passou dois meses mergulhado em alegações infundadas de fraude eleitoral e rixas com funcionários do próprio partido em estados-chave. Sem sucesso, fez campanha para dois senadores republicanos no segundo turno das eleições da Geórgia e instigou uma multidão de apoiadores que levariam a cabo um ataque sem precedentes ao congresso dos EUA.

Ao longo de sua carreira de cinco anos na política, Trump conseguiu se livrar de apuros políticos que teriam afundado muitos outros. Ele foi declarado morto mais vezes do que Freddy Krueger. No entanto, ele sempre pareceu inafundável. Um submarino em um mundo de barcos a remo.

Pelo menos até agora.

Privado de seus poderes presidenciais e silenciado por redes sociais, ele enfrenta desafios preocupantes, tanto jurídicos quanto financeiros. Ele ainda conseguirá planejar um retorno político bem-sucedido? Como será o exílio em Mar-a-Lago, seu resort na Flórida? E a quem as dezenas de milhões de americanos que o apoiaram poderão recorrer?

Uma base sólida

Nos dias que se seguiram ao motim no Capitólio dos Estados Unidos, o índice geral de aprovação pública de Trump caiu vertiginosamente para a casa dos 30% - um dos mais baixos de toda a sua presidência.

À primeira vista, os números indicariam que suas futuras perspectivas políticas haviam sido mortalmente feridas.

Um mergulho mais profundo, no entanto, mostra um quadro menos terrível para o ex-presidente.

Embora democratas, independentes e alguns republicanos moderados estejam contra ele, sua base parece intacta.

“Não acho que o que estamos vendo sugira que ele perca relevância política e ressonância”, disse Clifford Young, presidente de relações públicas do instituto de opinião pública Ipsos nos Estados Unidos.

“Qualquer um que diga isso está se enganando. Ele ainda tem uma base significativa.”

Muitos partidários de Trump acreditam plenamente na afirmação do ex-presidente de que a eleição foi roubada por democratas e republicanos em diferentes estados.

Após relatos em veículos conservadores de que o ataque ao Capitólio fora instigado por esquerdistas e antifas, eles descartam as evidências que levaram à prisão de vários militantes de direita e ativistas pró-Trump.

Gary Keiffer, por exemplo, é um ex-democrata de 67 anos de Beckley, na West Virginia, que votou em Trump em 2016 e 2020. Ele diz que o ex-presidente está certo em levantar questões sobre a eleição, suspeita que ativistas de esquerda estavam por trás do ataque ao Capitólio, ainda apoia totalmente o ex-presidente e espera que ele concorra novamente em quatro anos.

“Ele fez muito pelo nosso país”, diz Keiffer.

“Nunca vi um presidente fazer tanto quanto fez e perder uma eleição. E ele não perdeu uma eleição.”

Trump pode ter muitos problemas, mas a lealdade de sua base - as pessoas que vão aos comícios e compram bandeiras e placas com a sigla Maga (“Make America Great Again”, ou “fazer os EUA grandes de novo”) - não é um deles.

Divisão no partido

Donald Trump concorreu à presidência como um forasteiro, desafiando líderes do partido republicano.

Para Trump, os diretores e rivais de seu próprio partido, contrários à indicação presidencial, eram tão parte do que ele chamava de “pântano” quanto os políticos democratas.

Com sua vitória, no entanto, Trump se tornou o próprio establishment republicano - e todos, exceto os anti-trumpistas mais radicais - acabaram se curvando à sua vontade.

Eles se dobraram, de acordo com Liam Donovan, um lobista republicano e ex-estrategista de campanha do Senado, porque foi este o caminho tomado pelo partido.

Trump, por exemplo, nomeou altos funcionários do partido republicano, como a presidente do Comitê Nacional Republicano Ronna McDaniel. E no nível estadual e local, funcionários do partido são profundamente trumpistas.

“Os líderes do partido em nível estadual são os ativistas, não a elite”, diz Donovan. “Os soldados são os republicanos radicais, e os republicanos radicais são a base e o núcleo duro de Trump. Ele os converteu totalmente.”

Quando as controvérsias surgiam - violência após uma marcha nacionalista branca na Virgínia, gravações de crianças imigrantes chorando por causa da política de separação de famílias do governo, uso de gás lacrimogêneo e força bruta em protestos do Black Lives Matter perto da Casa Branca, impeachment por pressionar o presidente da Ucrânia por ajuda política e um sem-número de tuítes agressivos - a resposta padrão dos políticos republicanos era esperar que a tempestade passasse.

Nas semanas finais da presidência de Trump, entretanto, as rachaduras começaram a aparecer.

Antes que a multidão pró-Trump invadisse o Capitólio dos EUA, em 6 de janeiro, o então líder da maioria no Senado, Mitch McConnell, alertou que os esforços do presidente em minar a confiança nos resultados das eleições presidenciais de 2020 ameaçavam colocar a democracia norte-americana em uma “espiral de morte”.

Após a violência na invasão, seus assessores indicaram que ele estava “satisfeito” com os esforços da Câmara dos Deputados para o impeachment do presidente por incitação à insurreição - uma votação em que 10 políticos republicanos, incluindo um membro da liderança republicana, romperam as fileiras partidárias contra o agora ex-presidente.

No início desta semana, McConnell fez comentários mais diretos sobre o motim, dizendo que a multidão foi “alimentada com mentiras” e “provocada” por Trump e outras pessoas poderosas.

Os movimentos de McConnell são o sinal mais claro de que pelo menos alguns republicanos estão procurando separar o partido de Trump.

Outros, no entanto - como os 138 republicanos da Câmara que votaram para contestar os resultados da votação presidencial da Pensilvânia após a rebelião no Capitólio, ou os 197 que votaram contra o impeachment de Trump - mantêm poio ao ex-presidente.

“O presidente Trump ainda é o líder do Partido Republicano e do movimento América Primeiro”, tuitou o congressista republicano Matt Gaetz, da Flórida, um apoiador leal de Trump, na quinta-feira.

Na verdade, diz Donovan, os republicanos na Câmara refletem melhor o centro de gravidade do partido, visto que, ao contrário do Senado, eles têm que se candidatar a eleições a cada dois anos.

Se McConnell e a alta liderança republicana quiserem romper com Trump, isso poderá fragmentar o partido.

Uma revolta corporativa

Durante décadas, o Partido Republicano funcionou como uma espécie de uma fusão entre interesses conservadores e empresariais.

Os últimos comemoraram a defesa do partido de impostos mais baixos e regulamentação reduzida, e toleraram o apoio dos primeiros a proibições ao aborto, iniciativas pró-liberdade religiosa, direitos ao porte de armas e outras questões culturais polêmicas.

A presidência de Trump e seus esforços para expandir a coalizão republicana incluindo também os brancos da classe trabalhadora por meio de políticas anti-imigração e anti-livre-comércio colocaram pressão sobre esta aliança.

Em 2018, funcionários e diretores destes negócios pró-republicanos tenderam para o lado dos democratas.

Então, após o motim do Capitólio, a barragem quebrou.

Uma série de grandes empresas - incluindo Walmart, JPMorganChase, AT&T, Comcast e Amazon - anunciaram que estavam suspendendo suas doações políticas ou retirando o apoio especificamente de políticos republicanos que apoiaram o desafio de Trump aos resultados da eleição presidencial.

As grandes empresas podem, assim que as águas políticas se acalmarem, retornar aos seus padrões normais de doação, diz Donovan, ou podem decidir que seus interesses não se alinham mais claramente com um Partido Republicano em dívida com Trump.

“Isso demorou muito para acontecer”, diz Donovan. “Já ultrapassamos o ponto em que os empresários dão apoio exclusivamente a republicanos.”

As contribuições corporativas representam apenas parte do financiamento do Partido Republicano, mas a velocidade e a severidade da mudança pegou muitos conservadores desprevenidos.

E os movimentos mais recentes podem instigar mais esforços por parte dos líderes do partido - aqueles que prestam atenção aos dólares e de onde eles vêm - para rejeitar as políticas de Trump e seu estilo de política.

A questão evangélica

Se a ala corporativa do Partido Republicano está contemplando uma ruptura com o trumpismo, os conservadores podem não estar muito atrás.

O forte apoio evangélico a um homem com dois divórcios, alegações de múltiplos casos amorosos e personalidade intempestiva sempre pareceu contraditório, mas os conservadores religiosos mantiveram o presidente em 2020, mesmo quando os moderados se retiraram.

Isso pode ser explicado em parte arte pela habilidade de Trump em preencher mais de 200 vagas em tribunais federais, incluindo três cadeiras na Suprema Corte, ao longo de seus quatro anos, com figuras conservadoras.

Em termos de políticas, o governo Trump avançou com uma agenda social que também era popular entre os conservadores cristãos.

Lutou contra limitações religiosas em tribunais e ajustou regras, como as de saúde reprodutiva em leis federais de saúde, a favor dos conservadores.

Com Trump fora do poder, no entanto, alguns evangélicos podem estar repensando seu apoio.

“A violência praticada pelos apoiadores de Trump que atacam o Capitólio é uma anti-epifania”, escreveu a ministra anglicana Tish Harrison Warren. “É obscura e baseada em inverdades. Os símbolos da fé - o nome de Jesus, a cruz e a mensagem - foram cooptados para servir os objetivos de culto ao trumpismo.”

Ela prossegue e culpa líderes religiosos nos Estados Unidos por permitirem que o desejo de poder político turvasse sua bússola moral - e disse que um acerto de contas dentro da comunidade religiosa está próximo.

Deeana Lusk, assistente jurídica de Derby, Kansas, diz que a fé é importante em sua votação e que Trump não foi sua primeira escolha nas primárias republicanas de 2016. Mesmo assim, ela votou nele nas eleições gerais daquele ano e em 2020.

No entanto, se Trump decidir concorrer novamente, ela diz que definitivamente vai procurar outras possibilidades.

“A verdade é que ninguém é perfeito”, diz ela. “Mas existem milhares de candidatos por aí que apoiariam a liberdade religiosa e acho que, no final das contas, vamos atrás desse candidato.”

Vida sem Trump

Existe, é claro, a possibilidade de que Trump - apesar de seus protestos e promessas - desapareça da cena política.

Conversas sobre novos partidos políticos, novos impérios de mídia e novas campanhas presidenciais podem perder fôlego.

Ou, eventualmente, pelo menos 17 republicanos no Senado podem vir a se juntar aos 50 democratas na condenação do ex-presidente por acusações de insurreição e bani-lo de cargos públicos.

Este resultado não está fora do reino das possibilidades.

Mesmo se sobreviver ao impeachment, Trump enfrenta alguns desafios jurídicos mais concretos.

Promotores de Nova York estão investigando seus pagamentos à estrela de cinema pornô Stormy Daniels.

A Geórgia está analisando seu telefonema pressionando o secretário de Estado Brad Raffensperger a “encontrar votos” na eleição de novembro.

E promotores federais podem revisar as palavras e ações de Trump em relação do ataque ao Capitólio.

Ele também terá muito trabalho para manter seu império de negócios, já que precisa lidar com receitas em declínio devido à pandemia do coronavírus e à sua rejeição entre muitos americanos.

As empresas de Trump devem centenas de milhões de dólares em empréstimos com vencimento nos próximos anos e o Deutsche Bank, seu credor mais confiável, recentemente o abandonou como cliente.

Com Trump fora do poder, no entanto, alguns evangélicos podem estar repensando seu apoio.

“A violência praticada pelos apoiadores de Trump que atacam o Capitólio é uma anti-epifania”, escreveu a ministra anglicana Tish Harrison Warren. “É obscura e baseada em inverdades. Os símbolos da fé - o nome de Jesus, a cruz e a mensagem - foram cooptados para servir os objetivos de culto ao trumpismo.”

Ela prossegue e culpa líderes religiosos nos Estados Unidos por permitirem que o desejo de poder político turvasse sua bússola moral - e disse que um acerto de contas dentro da comunidade religiosa está próximo.

Deeana Lusk, assistente jurídica de Derby, Kansas, diz que a fé é importante em sua votação e que Trump não foi sua primeira escolha nas primárias republicanas de 2016. Mesmo assim, ela votou nele nas eleições gerais daquele ano e em 2020.

No entanto, se Trump decidir concorrer novamente, ela diz que definitivamente vai procurar outras possibilidades.

“A verdade é que ninguém é perfeito”, diz ela. “Mas existem milhares de candidatos por aí que apoiariam a liberdade religiosa e acho que, no final das contas, vamos atrás desse candidato.”

Em outras palavras, um renascimento político pode ter baixa prioridade nos dias que virão. Nesse ponto, Trump, o homem, se separaria do trumpismo como um movimento.

“Acho que isso o relegaria novamente ao status de celebridade e elite da mídia com opiniões sobre política”, disse Lauren Wright, cientista política da Universidade de Princeton.

Ela acrescenta que pode ser difícil para outro republicano vestir o manto político de Trump e levá-lo adiante.

“Acho que o que torna Trump diferente não é a mensagem da política, é a forma como ele a embalada, e isso vem de um conjunto de habilidades de entretenimento, que por sua vez vem de um histórico de showbusiness”, diz ela.

“Um político tradicional não pode atuar da mesma maneira.”

Para que o trumpismo seja um sucesso, os republicanos terão que encontrar outra celebridade - ou voltar aos valores republicanos tradicionais de candidatos anteriores como Mitt Romney e John McCain.

Donovan não está tão certo de que os republicanos possam - ou mesmo queiram - voltar no tempo.

“O que Trump provou é que ser um escravo de tudo o que a ortodoxia conservadora diz que não é necessariamente vantajoso”, diz.

Trump foi contra o livre comércio, a imigração aberta e uma política externa agressiva, e foi um crítico fervoroso de cortes em benefícios sociais.

Outros políticos republicanos podem decidir que Trump provou que a heterodoxia não é tão arriscada.

“Muitas pessoas estão brincando com diferentes coisas que Trump fez”, diz ele, “mas não acho que alguém tenha descoberto a receita ainda.”

Eles podem não ter que descobrir, no entanto.

Por que, mesmo depois de todos os eventos dos últimos dias, Donald Trump pode ainda não ter terminado.

(Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55726753>)

EUA mantêm proibição de entrada de viajantes vindos do Brasil, União Europeia e Reino Unido

Os Estados Unidos irão manter a proibição da entrada de viajantes vindos do Brasil, de países da União Europeia e do Reino Unido e passarão a incluir na lista pessoas que chegarem da África do Sul, informou nesta segunda-feira (25/01/2021) a porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki.

Viajantes com origem no Irã ou na China também continuarão sendo barrados.

A medida já era esperada, depois que o ex-presidente Donald Trump, no dia 18 de janeiro anunciou que iria suspender as restrições, com início em 26 de janeiro. No mesmo dia, a equipe de Joe Biden avisou que o novo presidente iria reverter a decisão.

A justificativa é a preocupação com as novas variantes do coronavírus, com maior potencial de contaminação. Justamente por isso a África do Sul - onde surgiu uma das variantes - foi acrescentada à lista de países de origem dos viajantes a serem barrados.

A proibição da entrada nos EUA de viajantes com origem no Brasil está em vigor desde 29 de maio de 2020.

A restrição não é aplicada a pessoas que residam nos Estados Unidos ou sejam casadas com um cidadão americano ou que tenham residência permanente no país. Filhos ou irmãos de americanos ou residentes permanentes também podem entrar, desde que tenham menos de 21 anos.

Membros de tripulações de companhias aéreas ou pessoas que ingressem no país a convite do governo dos EUA também estão isentas da proibição.

Testes negativos

A partir de terça-feira, todos os passageiros que quiserem entrar nos Estados Unidos deverão apresentar um resultado negativo para teste de coronavírus feito três dias antes da viagem, de acordo com determinação do CDC.

Também será aceita documentação que comprove que a pessoa se recuperou da Covid-19.

Segundo o comunicado do CDC, um teste obrigatório antes do embarque, combinado com as recomendações do CDC para fazer o teste novamente 3 a 5 dias após a chegada e a permanência em casa por 7 dias após a viagem, ajudará a desacelerar a disseminação da Covid-19 nos EUA causadas por pessoas vindas do exterior.

As companhias aéreas devem confirmar o resultado negativo do teste para todos os passageiros ou documentação de recuperação antes de embarcar.

Se um passageiro não fornecer a documentação de teste negativo ou que comprove recuperação da Covid-19, ou optar por não fazer o teste, a companhia aérea deve negar o embarque.

(Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/25/eua-mantem-proibicao-de-entrada-de-viajantes-vindos-do-brasil-uniao-europeia-e-reino-unido.ghtml>)

Quanto se construiu de ‘muro de Trump’ com o México que Biden mandou parar no 1º dia de mandato

Como prometido na campanha eleitoral, uma das primeiras medidas de Joe Biden como presidente dos Estados Unidos foi parar a construção do muro na fronteira com o México.

No mesmo dia, o primeiro de seu governo, ele também anunciou mudanças importantes na política de imigração, entre elas um projeto de lei que busca dar cidadania para mais de 11 milhões de imigrantes não documentados.

Mas nada exemplifica melhor a ruptura com a política de seu antecessor, Donald Trump, do que o fim da construção do muro, talvez o projeto mais representativo de todo o mandato do agora ex-presidente.

“Já construímos 480 km do muro da fronteira”, vangloriou-se Trump em 28 de agosto, em um comício realizado logo a formalização de sua candidatura à reeleição.

“Em breve, o muro ficará pronto, e nossos números na fronteira são os melhores da história. Aliás, o México está pagando pelo muro, caso você não saiba”, acrescentou ele na ocasião.

A partir desse momento, em todos os seus atos de campanha, Trump insistiu nessas duas ideias: que o muro avançava rapidamente e que a fatura da obra cabia ao lado mexicano.

E, de acordo com as projeções do ex-presidente, esperava-se que até o início de 2021 um total de 800 km tivessem sido concluídos. Mas a realidade acabou sendo bem diferente.

Os diferentes tipos de ‘muros’

A fronteira entre os Estados Unidos e o México tem 3.142 km de extensão. Antes de Trump chegar à Casa Branca, havia barreiras ou cercas em um terço disso.

Na maioria das áreas urbanas, elas são feitas para impedir a passagem de pedestres e veículos.

As barreiras são de vários tipos: em alguns trechos, são chapas ou painéis de aço, em outros, há uma malha de arame ou barras verticais com até nove metros de altura.

Em áreas mais remotas, o governo usa “cercas veiculares”, que são postes de madeira cruzados (geralmente obtidos de trilhos de ferrovia) que impedem a passagem de veículos, mas podem ser ultrapassados por pedestres.

No posto de fronteira entre San Diego e Tijuana, as cercas se estendem por até cem metros no mar e são feitas de materiais resistentes à ferrugem e à corrosão salina.

No resto da fronteira, onde existem áreas montanhosas, desertos, pântanos e canais ao redor do Rio Grande, não há nenhuma estrutura feita pelo homem: a natureza é a própria barreira.

Em alguns pontos, a fronteira tem duas ou até três camadas de barreiras, uma atrás da outra. As autoridades referem-se a elas como barreiras primárias, secundárias e terciárias.

Promessa vs. Realidade

Durante a campanha de 2016, Trump prometeu construir o muro ao longo de toda a fronteira. Depois, esclareceu que cobriria apenas a metade, já que a natureza cuidaria do resto.

As dificuldades em encontrar financiamento para a obra atrasaram seus planos. Mas algumas semanas antes das últimas eleições e após mais de três anos e meio de governo, Trump se gabou de que o muro estava praticamente pronto. Mas os números oficiais mostram algo diferente.

De acordo com os últimos dados do governo, até 4 de janeiro, foram construídos 727 km. Embora isso não parece estar muito longe dos 800 km prometidos por Trump, um olhar mais atento revela um outro quadro.

Dos mais de 700 km, a grande maioria foram substituições ou reparos de estruturas já existentes.

Apenas cerca de 129 km de novas barreiras foram efetivamente construídos, dos quais 53 km correspondem a cercas secundárias, deixando um total de 76 km de barreiras primárias totalmente novas.

Há várias razões para o governo Trump não ter conseguido avançar muito.

Um deles é a já mencionada dificuldade de construir em áreas onde a natureza predomina, principalmente nas proximidades do Rio Grande.

Muitas das zonas sem barreiras estão em propriedades privada, e seus donos não permitem que um muro seja erguido.

Ao contrário dos Estados a oeste, onde grande parte das terras na fronteira está sob controle do governo, existem centenas de fazendas, ranchos e outras propriedades privadas no Texas, por exemplo. Alguns não têm registros de propriedade, outros estão nas mãos de vários herdeiros.

O governo planejava usar seu direito de desapropriação para adquirir a terra, mas o processo é lento e envolve longas ações judiciais.

A esses obstáculos, se soma a falta de dinheiro para concluir a construção prometida. O que nos leva ao próximo ponto: quem pagou pela obra?

México na mira

Em 25 de janeiro de 2017, Trump assinou um decreto autorizando a construção do muro na fronteira sul.

Poucos meses depois, em abril, Trump teve de abrir mão de tocar a obra no seu primeiro ano fiscal como presidente, como havia prometido.

Trump insistiu que os trabalhos seriam financiados pelo México. O então presidente mexicano, Enrique Peña Nieto, negou e assegurou em várias ocasiões que seu país não pagaria por nenhum muro.

Em reunião na Casa Branca, tanto o atual presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, quanto Trump evitaram falar sobre o assunto.

Mesmo assim, o ex-presidente sempre repetiu que o México estava pagando pelo muro, algo que os dados oficiais também contradizem.

De acordo com o governo americano, o financiamento foi dos Departamentos de Segurança Interna, Defesa e Fazenda.

Isso foi possível graças à declaração de estado de emergência nacional na fronteira assinada por Trump em 15 de fevereiro de 2019.

O presidente justificou que a declaração era necessária para proteger o país de uma “invasão de drogas e criminosos” do México, “um sério risco à segurança nacional”.

A medida permitiu-lhe desviar para o muro US\$ 6,3 bilhões (R\$ 34,5 bilhões) de verbas do orçamento do Departamento de Defesa para o combate às drogas.

A esse montante foram adicionados US\$ 3,6 bilhões (R\$ 19,7 bilhões) do orçamento do Departamento de Defesa para a construção militar mais cerca de US\$ 3,4 bilhões (R\$ 18,6 bilhões) do orçamento anual do Escritório de Alfândega e Proteção de Fronteiras.

Tudo isso, mais US\$ 1,37 bilhão (R\$ 7,5 bilhões) aprovado pelo Congresso em 2018, somam um total de cerca de US\$ 15 bilhões (R\$ 82 bilhões), menos do que os US\$ 25 bilhões (R\$ 136,7 bilhões) orçados inicialmente. De qualquer forma, nada disso parece ter vindo do México.

E a equipe de campanha de Biden não hesitou em chamar o muro de “desperdício de dinheiro” que “desvia recursos essenciais de ameaças reais” e que, em vez disso, usaria fundos federais para novas medidas de controle de fronteira.

Assim, tudo indica que o muro não vai mais continuar crescendo e que o debate sobre seu financiamento já está encerrado.

(Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/25/quanto-se-construiu-de-muro-de-trump-com-o-mexico-que-biden-mandou-parar-no-1o-dia-de-mandato.ghtml>)

Biden anula proibição de Trump de transgêneros nas Forças Armadas

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, derrubou a proibição que seu antecessor, Donald Trump, havia colocado para transgêneros nas Forças Armadas do país. A medida adotada nesta segunda-feira (25/01/2021) era uma promessa de campanha.

“O presidente Biden acredita que a identidade de gênero não deve ser uma barreira para o serviço militar e que a força da América está em sua diversidade”, escreveu a Casa Branca em comunicado.

“Permitir que todos os americanos qualificados sirvam ao seu país é melhor para os militares e melhor para o país, porque uma força inclusiva é uma força mais eficaz”, aponta o documento. “É a coisa certa a se fazer e é do nosso interesse nacional”.

General do Exército da reserva escolhido por Biden para ser secretário de Defesa e liderar o Pentágono, Lloyd Austin afirmou em sua sabatina no Senado que apoiava a derrubada do veto.

As Forças Armadas dos EUA têm cerca de 1,3 milhão de soldados na ativa e, segundo o Departamento de Defesa. Não há dados oficiais sobre o número de transgêneros, mas o instituto de pesquisa de políticas Rand Corp, estimou em 2016 que eram cerca de 2.450 na ativa.

Decisões de Obama e Trump

O ex-presidente Barack Obama permitiu em 2016 que transgêneros servissem abertamente e recebessem cuidados médicos para a transição de sexo, mas Trump congelou o recrutamento.

Ao anunciar a decisão, Trump afirmou que os militares não poderiam ser “sobrecarregados com o tremendo custo médico e com a perturbação que a presença dos transgêneros causaria”.

A medida chegou a ser suspensa pela Justiça, por considerá-la discriminatória, mas em janeiro de 2019 a Suprema Corte americana autorizou que o veto do então presidente entrasse em vigor.

A Suprema Corte não analisou o mérito do memorando de Trump, mas decidiu que ele podia ser adotado e ser alvo de processos judiciais em tribunais inferiores.

(Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/25/biden-anula-proibicao-de-trump-de-transgeneros-nas-forcas-armadas.ghtml>)

Variante do coronavírus faz países suspenderem voos com o Brasil

Variantes do coronavírus SARS-CoV-2 têm levado países a restringir voos oriundos de onde essas variações estão sendo registradas, como o Brasil e o Reino Unido. Colômbia, Alemanha e Portugal anunciaram recentemente a restrição de voos internacionais.

Colômbia

O governo da Colômbia vai suspender, a partir de amanhã (29/01/2021), por 30 dias, os voos de e para o Brasil, como medida preventiva perante a variante do novo coronavírus oriunda do país. Em dezembro, as autoridades colombianas já haviam suspenso os voos de e para o Reino Unido, após identificar no país de uma outra variante do coronavírus.

“Como medida preventiva e por um período de 30 dias, enquanto são feitas todas as análises, são suspensos os voos da Colômbia para o Brasil ou do Brasil para a Colômbia”, a partir de sex-

ta-feira, anunciou o presidente colombiano, Iván Duque, em um programa de televisão no qual relata diariamente as medidas do governo para combater a pandemia.

A medida será aplicada apenas ao transporte de passageiros e não de cargas, que continuará como até aqui, com o cumprimento de todos os protocolos de biossegurança.

Portugal

Também a partir desta sexta-feira estão suspensos os voos entre Brasil e Portugal. A suspensão vai até o dia 14 de fevereiro. Em nota, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil informou que o chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, conversou ontem com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, e que a decisão de Portugal “se dá como resposta ao aumento do número de casos de covid-19 naquele país e não em função da situação no Brasil”.

Alemanha

Já a Alemanha proibiu a entrada em seu território de viajantes de Portugal, do Reino Unido, da África do Sul e do Brasil. A informação foi confirmada hoje pelo ministro do Interior do país, Horst Seehofer. Segundo ele, a restrição também se deve às mutações do novo coronavírus.

“Neste momento, estamos na fase de coordenação entre os ministérios para proibirmos a entrada de [pessoas provenientes] destes países. Quero dizer, de regiões onde se apresentam as mutações [do SARS-CoV-2], disse o ministro antes da reunião informal dos ministros do Interior da União Europeia que ocorrerá hoje através de vídeoconferência”.

Seehofer admite que a lista de quatro países pode ser ampliada nas próximas semanas.

No domingo (24), entraram em vigor na Alemanha restrições à entrada no país de viajantes provenientes de zonas de “alta incidência acumulada” em sete dias: superior a 200 casos por 100 mil habitantes.

Desses países já fazem parte cerca de 20 Estados, entre os quais, Portugal, Espanha, República Checa, Bolívia e Colômbia.

Turquia

Na semana passada, o ministro da Saúde da Turquia, Fahrettin Koca, anunciou a suspensão temporária de voos do Brasil, também devido ao aumento de casos da nova variante do coronavírus.

Anara já havia suspenso voos do Reino Unido, Dinamarca e África do Sul devido à nova variante.

(Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01/variante-do-coronavirus-faz-paises-suspenderem-voos-com-o-brasil>)

QUESTÕES

1. (Prefeitura de Cunha Porã - SC - Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) - Instituto UniFil - 2020) No Jornal Exame, foi publicado uma notícia no dia 08 de janeiro de 2020, onde diz que o Ministério da Educação (MEC) e a Justiça liberaram uma quantia em dinheiro para pesquisas em segurança pública. Essa iniciativa e investimento, irá beneficiar pesquisadores que desenvolvam estudos de mestrado, doutorado e pós-doutorado com vista as melhorias das ações em segurança pública. Assinale a alternativa que corresponde ao valor dessa quantia.

- A) Valor de R\$7,1 milhões de reais.
- B) Valor de R\$10,1 milhões de reais.

- C) Valor de R\$12,1 milhões de reais.
D) Valor de R\$15,1 milhões de reais.

2. (Prefeitura de Cunha Porã - SC - Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) - Instituto UniFil - 2020)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) aprovou uma proposta para simplificar o procedimento para importação de produto à base de canabidiol, a intenção é diminuir o tempo de espera para receber o medicamento. O canabidiol é um composto químico encontrado na

- A) folha de coca.
B) maconha (Cannabis Sativa).
C) cana-de-açúcar.
D) heroína.

3. (Prefeitura de Cunha Porã - SC - Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) - Instituto UniFil - 2020)

Um trágico acidente tirou a vida de um dos maiores astros da NBA, outras pessoas faleceram neste acidente inclusive sua filha de apenas 13 anos. Qual o nome do jogador descrito no texto?

- A) Michael Jordan.
B) Oscar Schmidt.
C) Kobe Bryant.
D) LeBron James.

4. (Prefeitura de São Carlos do Ivaí - PR - Enfermeiro - Instituto UniFil - 2020)

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

Após a polêmica demissão de Roberto Alvim o Presidente Jair Bolsonaro convidou a atriz _____ para ocupar o cargo na Secretaria Especial de Cultura, vinculada ao Ministério do Turismo.

- A) Daniella Mercury
B) Regina Cazé
C) Regina Duarte
D) Camila Pitanga

5. (Prefeitura de São Carlos do Ivaí - PR - Enfermeiro - Instituto UniFil - 2020)

Em notícia vinculada recentemente, o Ministro do STF Dias Toffoli reconsiderou uma decisão própria e autorizou uma resolução que prevê a redução dos valores do seguro DPVAT para o ano de 2020. O seguro DPVAT tem caráter social, sendo aplicado em quais situações?

- A) O seguro DPVAT indeniza vítimas de acidentes de trânsito em território nacional, seja motorista, passageiro ou pedestre.
B) O seguro DPVAT indeniza famílias atingidas pela seca extrema na região nordeste do Brasil.
C) O seguro DPVAT indeniza pessoas atingidas pelas cheias dos rios em qualquer parte do território nacional.
D) O seguro DPVAT é um complemento para pessoas de baixa renda que não possuem emprego fixo.

6. (Prefeitura de São Carlos do Ivaí - PR - Enfermeiro - Instituto UniFil - 2020)

A queda de um avião ucraniano no Irã, em janeiro de 2020 vitimou mais de 170 pessoas de diversas nacionalidades. Qual país assumiu a queda do avião que teria sido feita por engano após terem confundido o avião com um míssil?

- A) Estados Unidos.
B) Israel.
C) Canadá.
D) Irã.

7. (FITO - Analista de Gestão - Biblioteca - VUNESP - 2020)

Em sua recente viagem à Ásia e ao Oriente Médio (de 19 a 30 de outubro de 2019), o Presidente Jair Bolsonaro firmou acordos com Japão, China, Catar, Emirados Árabes e Arábia Saudita.

(Gazeta do Povo. Disponível em <https://bit.ly/2oHWYHe>. Acesso em 30.10.2019. Adaptado)

Entre esses acordos, destaca-se a isenção de visto para

- A) chineses e japoneses.
B) sauditas e cataris.
C) japoneses e sauditas.
D) cataris e chineses.
E) japoneses e cataris.

8. (FITO - Analista de Gestão - Biblioteca - VUNESP - 2020)

O vice-presidente Hamilton Mourão, no exercício da Presidência da República, informou nesta segunda-feira (21.10.2019) que tem previsão de viajar na quarta-feira (23) para Lima, no Peru. Com isso, segundo ele, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) assumirá a Presidência da República. Mourão está no exercício da Presidência em razão da viagem de Jair Bolsonaro à Ásia e ao Oriente Médio. O retorno de Bolsonaro a Brasília está previsto para o dia 31.

(G1. Disponível em <https://glo.bo/34cknQf>. Acesso em 23.10.2019. Adaptado)

Davi Alcolumbre assumirá a Presidência durante a ausência do vice-presidente porque

- A) o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, assumiria a Presidência por ser o segundo na linha sucessória, mas ele também tinha uma viagem internacional agendada no período de ausência do vice-presidente.
B) de acordo com a legislação vigente, ele é o segundo na linha sucessória por ser o Presidente do Congresso Nacional.
C) o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, o sucessor imediato do vice-presidente, também estava ausente do país, acompanhando o presidente em sua viagem ao Oriente.
D) nesses casos, segundo a legislação, cabe ao vice-presidente escolher o seu substituto entre o presidente da Câmara, o presidente do Senado e o presidente do Supremo Tribunal Federal.
E) a legislação determina que na impossibilidade de o vice-presidente substituir o presidente, assume o cargo o presidente da casa legislativa com mais idade.

9. (COREN-SC - Advogado - Dédalus Concursos - 2020)

O assassinato no início do mês de janeiro de 2020, do general Qasem Soleimani, que era comandante da Força Quds da Guarda Revolucionária de seu país, causou uma escalada dramática da tensão entre:

- A) EUA e Irã.
B) EUA e Afeganistão.
C) Afeganistão e Turquia.
D) EUA e Turquia.
E) Irã e Turquia.

10. (COREN-SC - Advogado - Dédalus Concursos - 2020)

O ator Joaquin Phoenix levou no domingo dia 10 de fevereiro de 2020, o Oscar de melhor ator pela interpretação de um vilão dos quadrinhos, com a sua atuação o ator arrebatou todos os prêmios da temporada.

O filme ao qual premiou o ator mencionado no trecho acima foi:

- A) Pantera Negra.
B) Coringa.

- C) Batman.
D) Aquaman.
E) Homem de Ferro.

GABARITO

1.	B
2.	B
3.	C
4.	C
5.	A
6.	D
7.	D
8.	A
9.	A
10.	B